

MINUTA DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX/2026/SEMU/PA

PAE n° 2026/2197764

RESUMO



PROMOTOR

Estado do Pará | Secretaria de Estado das Mulheres – SEMU/PA
CNPJ n° 50.008.131/0001-93



OBJETO

2026/2197764.



MÉTODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
☐ Aberto e fechado
☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor Preço Global para o Lote
☐ Maior desconto



ENTREGA

Forma Conforme ordem de fornecimento.

Prazo Será realizada após recebimento da ordem de serviço, em até 15 (quinze) dias.

Local Secretaria de Estado das Mulheres do Estado do Pará, Av. Governador José Malcher, 2803-A, cep 66090-10, no horário das 08:00h às 17:00h

VALOR TOTAL

R\$ 91.406,16 (noventa e um mil, quatrocentos e seis reais, dezesseis centavos).



REAJUSTE

Índice ☒ IPCA ☐ INCC ☐ Outro: (sigla)
☐ INPC ☐ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **18/MAIO/2026**. Tendo como base para o reajuste a data do orçamento estimado.

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data 03/06/2026.

Hora 09:00.

Local <https://www.gov.br/compras/pt-br>

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1	
Promotor do pregão	4
CLÁUSULA 2	
Fundamento legal	4
CLÁUSULA 3	
Objeto	4
CLÁUSULA 4	
Condições para participar da licitação	12
CLÁUSULA 5	
Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação	15
CLÁUSULA 6	
Preenchimento da proposta.....	17
CLÁUSULA 7	
Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances	18
CLÁUSULA 8	
Julgamento das propostas	23
CLÁUSULA 9	
Habilitação.....	25
CLÁUSULA 10	
Adjudicação e homologação.....	33
CLÁUSULA 11	
Recursos	33
CLÁUSULA 12	
Infrações e sanções administrativas.....	34
CLÁUSULA 13	
Impugnação ao edital.....	37
CLÁUSULA 14	
Disposições finais	38

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da Secretaria de Estado das Mulheres, CNPJ nº 50.008.131/0001-93, com sede na Av. Gov. José Malcher, 2803 - A - São Brás, Belém - PA, 66090-100, neste ato representado pela Sra. Cleide Amorim, Secretária-Adjunta de Estado das Mulheres.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/23, Decreto Estadual nº 3.037, de 25 de abril de 2023 e Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 67/2026-SEMU, de 11 de fevereiro de 2026 que designa Agentes de contratação e Equipe de Apoio, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO VISANDO ATENDER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NO PRÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES/PA**, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Os produtos a serem licitados é o presente **no lote único** descritos no TR:

Lote	Item	Descrição	Código	Unidade	Quant.	V. Unitário	V. Total Mensal	V. Total Anual
1	1	LICENÇAS DE RAMAL • PERMITIR USO SIMULTÂNEO DE ATÉ 5 DISPOSITIVOS (TELEFONE IP	Não identificado	Und/Mês	40	R\$ 34,85	R\$ 1.394,00	R\$ 16.728,00

	<p>E/OU SOFTPHONE).</p> <ul style="list-style-type: none">• CONFERÊNCIA DE VOZ COM ATÉ 3 PARTICIPANTES INTERNOS E/OU EXTERNOS.• SUPORTE A DESVIO DE CHAMADAS (INCONDICIONAL, OCUPADO, NÃO ATENDIDO E INDISPONÍVEL).• CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ATENDIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS.• IDENTIFICAÇÃO DE CHAMADAS (BINA) E BLOQUEIO DE CHAMADAS ESPECÍFICAS.• CADEADO ELETRÔNICO E REDISCAMENTO DE CHAMADAS PERDIDAS.• NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES OU SISTEMAS BASEADOS OU DERIVADOS DA SOLUÇÃO DE CÓDIGO ABERTO, COMO ASTERISK E/OU FREESWITCH.					
--	--	--	--	--	--	--

2	<p>LICENÇAS DE SOFTPHONE</p> <ul style="list-style-type: none"> • BASEADO EM PROTOCOLO SIP, COMPATÍVEL COM PABX EM NUVEM. • ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS. • CONFERÊNCIA DE ÁUDIO E VÍDEO COM ATÉ 100 PARTICIPANTES. • COMPATÍVEL COM WINDOWS 10, IOS 15.5+ E ANDROID 8+. • SUPORTE A CODECS G.711, G.722, G.729, OPUS E H.264. • CRIPTOGRAFIA AES-256, SRTP COM HMACSHA1 E SUPORTE A TLS/SRTP. • PRESENÇA, CHAT, COMPARTILHAMENTO DE TELA, QUADRO BRANCO E FUNDO VIRTUAL. • ACESSO VIA URL E PUBLICAÇÃO EM APP STORE E GOOGLE PLAY. • O SOFTPHONE DEVERÁ SER DO MESMO 	Não identificado	Und/Mês	40	R\$ 20,70	R\$ 828,00	R\$ 9.936,00

	FABRICANTE DO PABX.						
3	LICENÇAS DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA) <ul style="list-style-type: none"> • SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO ELETRÔNICO COM MENSAGEM DE BOASVINDAS. • MÍNIMO DE 5 MENUS DE NAVEGAÇÃO E 2 NÍVEIS HIERÁRQUICOS. • CONFIGURAÇÃO VIA PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO. • DIFERENCIAÇÃO DE MENUS POR HORÁRIO COMERCIAL, PÓS-EXPEDIENTE E FERIADOS. • POSSIBILIDADE DE UPLOAD E SUBSTITUIÇÃO DE ÁUDIOS PERSONALIZADOS 	Não identificado	Und/Mês	1	R\$ 15,07	R\$ 15,07	R\$ 180,84
4	TELEFONE IP BÁSICO EM REGIME DE COMODATO <ul style="list-style-type: none"> • EQUIPAMENTOS NOVOS, 	Não identificado	Und/Mês	30	R\$ 25,93	R\$ 777,90	R\$ 9.334,80

		<p>HOMOLOGA- DOS PELA ANATEL.</p> <ul style="list-style-type: none"> • COMPATÍ- VEIS COM SISTEMA PABX EM NU- VEM. • TELA MÍ- NIMA DE 192X48 PIXELS E SUPORTE A FONE DE OU- VIDO EHS. • 10 TECLAS DE FUNÇÃO E 4 PROGRAMÁ- VEIS. • 2 PORTAS RJ- 45 GIGABIT COM SUPORTE POE (IEEE 802.3AF). • SUPORTE A SIP, TLS, SRTP, HTTPS, QOS, VLAN E LLDP- MED. • FONTE AC 100V-240V IN- CLUSA 						
5		<p>TELEFONE IP AVANÇADO EM REGIME DE COMO- DATO</p> <ul style="list-style-type: none"> • POSSUIR HO- MOLOGAÇÃO DA ANATEL. • DEVE SER COMPATÍVEL COM O SIS- TEMA DE TELEFONIA EM NUVEM. • DEVE PERMI- TIR ACESSO A TODAS AS FA- CILIDADES / FUNÇÕES DO 	Não identifi- cado	Und/Mês	10	R\$ 111,25	R\$ 1.112,50	R\$ 13.350,00

	<p>PABX EM NUVEM</p> <p>DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.</p> <ul style="list-style-type: none">• ÁUDIO HD NO ALTO-FALANTE E NO MICROFONE.• TELA COLORIDA DE NO MÍNIMO 2,8 POLEGADAS (300 PIXELS DE LARGURA X 220 PIXELS DE ALTURA).• DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 30 TECLAS PROGRAMÁVEIS (DDS) PAGINÁVEIS COM LED INDICADOR NO DISPLAY PRINCIPAL OU NO SECUNDÁRIO.• DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 12 LINHAS SIP.• CONFERÊNCIA DE 6 VIAS.• ENTRADA PARA ATÉ 992 CONTATOS EM LISTA TELEFÔNICA LOCAL.• DEVE POSSUIR IDENTIFICADOR DE CHAMADAS.• SUPORTAR FONE DE OUVIDO SEM FIO EHS.					
--	---	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • SUPORTAR OS CODECS G.711A/U, G.726, G.729A, ILBC, G.722 E OPUS. • DEVE SUPORTAR AS FUNCIONALIDADES DE AEC, VAD, CNG, BNE, NR, AGC, PLC. • DEVE POSSUIR 6 TECLAS DE FUNÇÃO (RE-TER/MWI/ENCAMI-NHAR/CONFERÊNCIA/REDIS-CAGEM/HEAD SET). • DEVE POSSUIR 3 TECLAS DE LINHAS COM LED. • DEVE POSSUIR PORTA USB 2.0. • SUPORTAR DOIS ÂNGULOS AJUSTÁVEIS E INSTALAÇÃO EM PAREDE. • DEVE POSSUIR 02 INTERFACES DE REDE RJ-45 10/100/1000 PARA CONEXÃO DE DESKTOP E CONECTIVIDADE COM A REDE LAN. • FUNÇÃO POE (IEEE 802.3 AF). 						
--	--	--	--	--	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> • SUPORTE AOS PROTOCOLOS SIP2.0 OVER UDP, RTP, STUN, TLS, IPV6, LLDP, PPPOE, QOS, 802.1X, L2TP, OPENVPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS, TCP, RTCP, SRTP, DHCP. • DEVEM SER FORNECIDOS COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC 100V-240V. 						
6		SERVIÇO DE ASSINATURA STFC <ul style="list-style-type: none"> • LICENÇA VÁLIDA DA ANATEL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. • LIGAÇÕES ENTRE RAMAIS SEM LIMITE SIMULTÂNEO. • DISPONIBILIZAÇÃO DE 90 CANAIS PARA LIGAÇÕES EXTERNAS SIMULTÂNEAS. • FORNECIMENTO DE NÚMEROS DDR PARA TODOS OS RAMAIS. • POSSIBILIDADE DE PORTABILIDADE DOS NÚMEROS 	Não identificado	Und/Mês	1	R\$ 3.489,71	R\$ 3.489,71	R\$ 41.876,52

	ATUAIS SEM CUSTO ADICIONAL. • CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL).						
Valor Global						R\$ 7.617,18	R\$ 91.406,16

3.3 A licitação observará o seguinte:

- ☐ **Item único;**
- ☐ **Divisão em itens**, conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;
- ☐ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☒ **Lote único**, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;

h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital. (caso tais declarações não estejam disponíveis no sistema, deverão ser elaboradas e anexadas juntamente com a documentação de habilitação).

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*.

5.11 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.12 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- ☒ valor do item.
- a. ☐ (percentual) desconto.
- b. Marca.
- c. Fabricante.
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

7.9.1 Menor valor por item

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de R\$1,00 (um real).

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> Aberto	<ul style="list-style-type: none">a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem *crescente*, por se tratar de critério de julgamento por menor preço de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

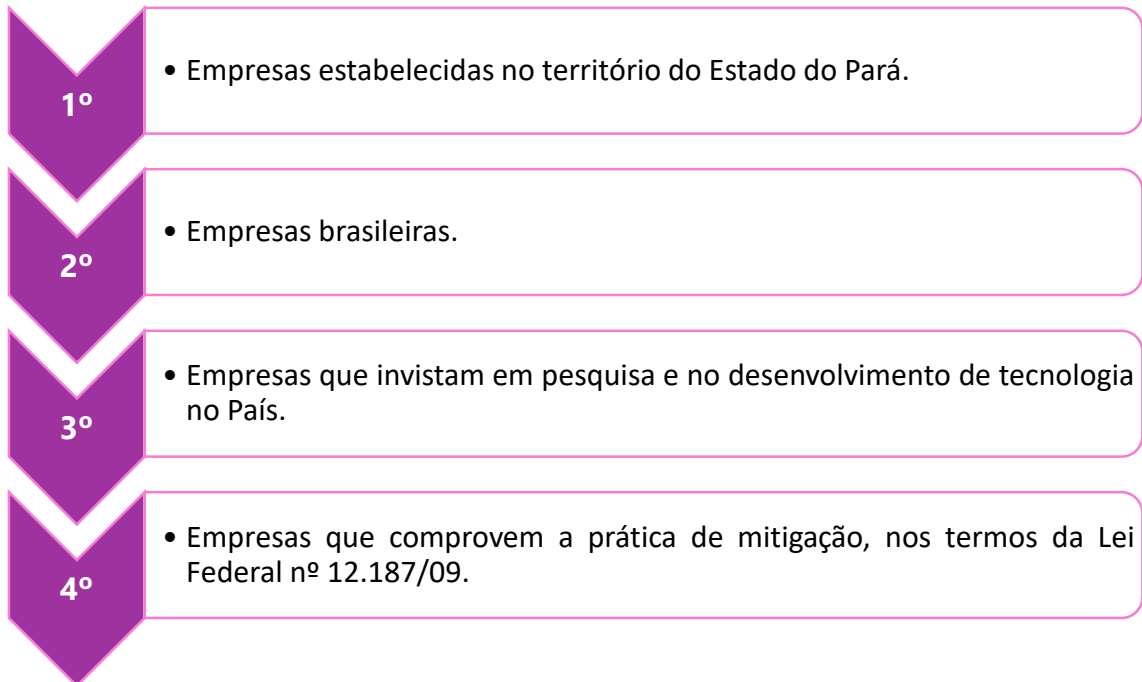
Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado

para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%

para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

9.11.1 O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: daf@semu.pa.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

9.11.2 Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.21.1 Habilitação jurídica

9.21.1.1 A habilitação jurídica ocorrerá, no que couber:

9.21.1.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.21.1.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.21.1.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade;

9.21.1.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.21.1.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.21.1.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.21.1.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.21.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.21.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21.2.2 Apresentação relatório simplificado do Sistema de Cadastro unificado de Fornecedores – SICAF;

9.21.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do

Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.21.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes FEDERAL/ESTADUAL/DISTRITAL/MUNICIPAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda FEDERAL/ESTADUAL/DISTRITAL/MUNICIPAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou corre;

9.21.2.8 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, via declaração que não emprega menor;

9.21.2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.21.2.10 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.21.3 Qualificação econômico-financeira

9.21.3.1 Não obstante a comprovação da habilitação por meio do SICAF, conforme acima descrito, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira a licitante deverá ainda apresentar:

9.21.3.2 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

9.21.3.3 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.21.3.4 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:

a. Balanço Patrimonial, juntamente com as Demonstrações Contábeis: DRE, Nota explicativa do exercício social exigível, apresentados na forma da lei, por tanto extraída cópia do Livro Contábil Diário, o qual foi devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente. Acompanhados da cópia do termo de abertura e encerramento do livro diário, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente.

9.21.3.5 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), conforme as seguintes fórmulas:

a) $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

b) $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$

c) $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

9.21.3.5.1 Para a demonstração dos índices econômicos previstos neste subitem a licitante deverá apresentar Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

9.21.3.6 Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.21.3.7 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.21.3.8 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.21.3.9 Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos (1/12) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

- a) A Declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- b) Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

9.21.3.10 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.21.4 Habilitação Técnica

9.21.4.1 Comprovação de aptidão para execução do fornecimento de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s).

9.21.4.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) Comprovação da execução dos fornecimentos, com um mínimo de 50% (cinco por cento) do quantitativo a ser contratado, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.
- b. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- c. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

d. Os atestados deverão referir-se a execuções no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.21.4.1.2 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.21.4.1.3 A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.21.4.1.4 A SEMU poderá realizar diligência para comprovar a veracidade do atestado, solicitando Nota Fiscal e Contrato referentes à prestação do serviço quando achar necessário.

9.21.4.1.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.21.4.2 Atestado de visita técnica, fornecido pelo órgão licitante, comprovando que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.21.4.2.1 Caso a licitante QUEIRA VISTORiar os locais onde serão executados os serviços, os interessados deverão procurar a Diretoria Administrativa e Financeira da Secretaria de Estado das Mulheres, das 09:00 às 16:00 horas, de 2ª a 6ª feiras até o último dia útil anterior à data da realização da licitação, a qual emitida uma declaração de comparecimento.

9.21.4.2.2 A empresa, a seu critério, poderá DECLINAR da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar em substituição ao atestado de visita, DECLARAÇÃO FORMAL assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que em pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total RESPONSABILIDADE por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do

conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira;

9.21.4.3 Apresentar, sob as penas cabíveis, declaração formal de disponibilidade, de instalações, material, equipamentos e pessoal técnico capacidade e licenciado em atendimento as leis vigentes, com a qualificação de cada um dos membros, adequados para a realização do objeto licitado.

9.21.4.4 Autorização Anatel para prestação dos serviços objeto deste processo;

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;	Multa 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:	<i>e</i> Impedimento de licitar e contratar*
1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a

2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;	sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”.
3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;	
c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	
d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;	
e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;	Multa 15% a 30% do valor do contrato licitado. <i>e</i> Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
f. Fraudar a licitação;	
g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:	
1. Agir em conluio ou contra a lei;	
2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;	
h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	
i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;

- b.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do E-mail: clc@semu.pa.gov.br

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Disposições finais

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II – Modelo de Proposta comercial
ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Belém (PA), 19 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)
FERNANDA COELHO DE MELO
Agente de Contratação
matrícula nº 54196212

TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA
FIXA PAE nº 2026/2197764

O QUE SERÁ CONTRATADO?

Lote	Item	Descrição	Código	Und	Qtd	V. Unitário	V. Total Mensal	V. Total Anual
1	1	LICENÇAS DE RAMAL <ul style="list-style-type: none"> • PERMITIR USO SIMULTÂNEO DE ATÉ 5 DISPOSITIVOS (TELEFONE IP E/OU SOFTPHONE). • CONFERÊNCIA DE VOZ COM ATÉ 3 PARTICIPANTES INTERNOS E/OU EXTERNOS. • SUPORTE A DESVIO DE CHAMADAS (INCONDICIONAL, OCUPADO, NÃO ATENDIDO E INDISPONÍVEL). • CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ATENDIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS. • IDENTIFICAÇÃO DE CHAMADAS (BINA) E BLOQUEIO DE CHAMADAS ESPECÍFICAS. • CADEADO ELETRÔNICO E REDISCAGEM DE CHAMADAS PERDIDAS. • NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES OU SISTEMAS BASEADOS OU DERIVADOS DA SOLUÇÃO DE CÓDIGO ABERTO, COMO ASTERISK E/OU FREESWITCH. 	Não identificado	UND MÊS	40	R\$ 34,85	R\$ 1.394,00	R\$ 16.728,00
	2	LICENÇAS DE SOFTPHONE <ul style="list-style-type: none"> • BASEADO EM PROTOCOLO SIP, COMPATÍVEL COM PABX EM NUVEM. • ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS. • CONFERÊNCIA DE ÁUDIO E VÍDEO COM ATÉ 100 PARTICIPANTES. • COMPATÍVEL COM WINDOWS 10, IOS 15.5+ E ANDROID 8+. • SUPORTE A CODECS G.711, G.722, G.729, OPUS E H.264. • CRIPTOGRAFIA AES-256, SRTP COM HMAC-SHA1 E SUPORTE A TLS/SRTP. • PRESENÇA, CHAT, COMPARTILHAMENTO DE TELA, QUADRO BRANCO E FUNDO VIRTUAL. • ACESSO VIA URL E PUBLICAÇÃO EM APP STORE E GOOGLE PLAY. • O SOFTPHONE DEVERÁ SER DO MESMO FABRICANTE DO PABX. 	Não identificado	UND MÊS	40	R\$ 20,70	R\$ 828,00	R\$ 9.936,00
	3	LICENÇAS DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA) <ul style="list-style-type: none"> • SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO ELETRÔNICO COM MENSAGEM DE BOAS-VINDAS. • MÍNIMO DE 5 MENUS DE NAVEGAÇÃO E 2 NÍVEIS HIERÁRQUICOS. • CONFIGURAÇÃO VIA PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO. • DIFERENCIAÇÃO DE MENUS POR HORÁRIO COMERCIAL, PÓS-EXPEDIENTE E FERIADOS. • POSSIBILIDADE DE UPLOAD E SUBSTITUIÇÃO DE ÁUDIOS PERSONALIZADOS. 	Não identificado	UND MÊS	01	R\$ 15,07	R\$ 15,07	R\$ 180,84

	4	<p><u>TELEFONE IP BÁSICO EM REGIME DE COMODATO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • EQUIPAMENTOS NOVOS, HOMOLOGADOS PELA ANATEL. • COMPATÍVEIS COM SISTEMA PABX EM NUVEM. • ÁUDIO HD COM REDUÇÃO DE RUÍDO E CANCELAMENTO DE ECO. • TELA MÍNIMA DE 192X48 PIXELS E SUPORTE A FONE DE OUVIDO EHS. • 10 TECLAS DE FUNÇÃO E 4 PROGRAMÁVEIS. • 2 PORTAS RJ-45 GIGABIT COM SUPORTE POE (IEEE 802.3AF). • SUPORTE A SIP, TLS, SRTP, HTTPS, QOS, VLAN E LLDP-MED. • FONTE AC 100V-240V INCLUSA. 	Não identificado	UND MÊS	30	R\$ 25,93	R\$ 777,90	R\$ 9.334,80
	5	<p><u>TELEFONE IP AVANÇADO EM REGIME DE COMODATO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> •POSSUIR HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL. •DEVE SER COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE TELEFONIA EM NUVEM. •DEVE PERMITIR ACESSO A TODAS AS FACILIDADES / FUNÇÕES DO PABX EM NUVEM DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. •ÁUDIO HD NO ALTO-FALANTE E NO MICROFONE. •TELA COLORIDA DE NO MÍNIMO 2,8 POLEGADAS (300 PIXELS DE LARGURA X 220 PIXELS DE ALTURA). •DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 30 TECLAS PROGRAMÁVEIS (DDS) PAGINÁVEIS COM LED INDICADOR NO DISPLAY PRINCIPAL OU NO SECUNDÁRIO. •DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 12 LINHAS SIP. •CONFERÊNCIA DE 6 VIAS. •ENTRADA PARA ATÉ 992 CONTATOS EM LISTA TELEFÔNICA LOCAL. •DEVE POSSUIR IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. •SUPOSTAR FONE DE OUVIDO SEM FIO EHS. •SUPOSTAR OS CODECS G.711A/U, G.726, G.729A, ILBC, G.722 E OPUS. •DEVE SUPORTAR AS FUNCIONALIDADES DE AEC, VAD, CNG, BNE, NR, AGC, PLC. •DEVE POSSUIR 6 TECLAS DE FUNÇÃO (RETER/MWI/ENCAMINHAR/CONFERÊNCIA/REDISCAGEM/HEADSET). • DEVE POSSUIR 3 TECLAS DE LINHAS COM LED. • DEVE POSSUIR PORTA USB 2.0. • SUPORTAR DOIS ÂNGULOS AJUSTÁVEIS E INSTALAÇÃO EM PAREDE. • DEVE POSSUIR 02 INTERFACES DE REDE RJ-45 10/100/1000 PARA CONEXÃO DE DESKTOP E CONECTIVIDADE COM A REDE LAN. • FUNÇÃO POE (IEEE 802.3 AF). • SUPORTE AOS PROTOCOLOS SIP2.0 OVER UDP, RTP, STUN, TLS, IPV6, LLDP, PPPOE, QOS, 802.1X, L2TP, OPENVPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS, TCP, RTCP, SRTP, DHCP. • DEVEM SER FORNECIDOS COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC 100V-240V. 	Não identificado	UND MÊS	10	R\$ 111,25	R\$ 1.112,50	R\$ 13.350,00

6	SERVIÇO DE ASSINATURA STFC <ul style="list-style-type: none">LICENÇA VÁLIDA DA ANATEL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.LIGAÇÕES ENTRE RAMAIS SEM LIMITE SIMULTÂNEO.DISPONIBILIZAÇÃO DE 90 CANAIS PARA LIGAÇÕES EXTERNAS SIMULTÂNEAS.FORNECIMENTO DE NÚMEROS DDR PARA TODOS OS RAMAIS.POSSIBILIDADE DE PORTABILIDADE DOS NÚMEROS ATUAIS SEM CUSTO ADICIONAL.CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL).	Não identificado	UND MÊS	01	R\$ 3.489,71	R\$ 3.489,71	R\$ 41.876,52
	VALOR MENSAL ESTIMADO						R\$ 7.617,18
	VALOR ANUAL ESTIMADO**						R\$ 91.406,76
	JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES						
	1.Ao concentrar os serviços em um único fornecedor por lote, é possível estabelecer padrões de qualidade e procedimentos mais eficientes. 2. Em caso de emergências ou necessidades urgentes, a existência de um único fornecedor responsável por um determinado lote facilita o atendimento rápido e eficaz. 3. A gestão de um menor número de contratos facilita a administração e reduz custos operacionais para a administração pública, oferecendo maior economicidade.						
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO							
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?		SERÁ CONTRATADO O SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO, VISANDO ATENDER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NO PRÉDIO DESTA SECRETARIA.					
NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO							
NATUREZA		SERVIÇO COMUM DE NATUREZA CONTINUADA SEM MONOPÓLIO					
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?		<input checked="" type="checkbox"/> SIM. DE ACORDO COM O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, O CONTRATADO DEVERÁ PRESTAR GARANTIA PELOS SERVIÇOS PRESTADOS DE, NO MÍNIMO, 12 MESES, ATÉ A SUA CONCLUSÃO.					
		<input type="checkbox"/> Não.					
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO							
FORMA DE CONTRATAÇÃO		<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, IV , da Lei Federal nº 14.133/21.					
		<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.					

	* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.	
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, XV , da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.	
	<input type="checkbox"/> Maior desconto.	
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa: (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado*. * Se o orçamento estimado for <i>sigiloso</i> , o licitante não saberá os valores unitários e global máximos, razão pela qual o critério de aceitabilidade do preço também será considerado “ <i>sigiloso</i> ” para todos os fins.	
HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?	<input type="checkbox"/> Sim.	Indicar os itens: (Indicar os itens).
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
REQUISITOS DA CONTRATADA		
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>Qual?</p> <p>Por quê?</p> <p>A EXIGÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A CONTRATAÇÃO DA TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO É UMA MEDIDA ESSENCIAL QUE VISA ASSEGURAR A OPERACIONALIDADE CONTÍNUA, A SEGURANÇA E A MANUTENÇÃO ADEQUADA DO SERVIÇO.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.	
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.	Justificativa: (Justificar o motivo de cada exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
	<input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.	Justificativa: (Justificar o motivo de cada exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).

	<input checked="" type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.	Justificativa: A CONTRATADA DEVERÁ COMPROVAR A DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO, BEM COMO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO, APRESENTANDO A QUALIFICAÇÃO DE CADA PROFISSIONAL RESPONSÁVEL, EM CONFORMIDADE COM O ART. 67, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021, DE FORMA A GARANTIR A CONTINUIDADE, A EFICIÊNCIA E A SEGURANÇA DAS OPERAÇÕES DURANTE TODA A VIGÊNCIA DO CONTRATO.
	<input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.	Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar).
	<input type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional. <input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Especificar: (Indicar o requisito e o seu fundamento legal). <input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar). Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	ESPECIFICAR:	
	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	1. SUSTENTABILIDADE E IMPACTO AMBIENTAL: PRIORIZAR EMPRESAS QUE OFEREÇAM SERVIÇOS COM MENOR IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL, ADOTANDO PRÁTICAS QUE PROMOVAM A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DURANTE TODA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. 2. GESTÃO DE RESÍDUOS: PRIORIZAR EMPRESAS QUE REALIZEM COLETA SELETIVA, RECICLAGEM E O DESCARTE ADEQUADO DE TODOS OS TIPOS DE RESÍDUOS GERADOS PELAS ATIVIDADES, EM CONFORMIDADE COM NORMAS AMBIENTAIS E DE SEGURANÇA.
	<input type="checkbox"/> Não.	

HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>Especificar: RISCO MÉDIO</p> <p>1. RISCO OPERACIONAL E DE QUALIDADE DO SERVIÇO: POSSIBILIDADE DE PROBLEMAS DE COBERTURA, INSTABILIDADE, FALHAS NA QUALIDADE DAS CHAMADAS, DIFICULDADES NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E UTILIZAÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS DE BAIXA DURABILIDADE, PODENDO AFETAR A CONTINUIDADE E EFICIÊNCIA DO SERVIÇO.</p> <p>2. RISCO PATRIMONIAL E DE CONTROLE: O REGIME DE COMODATO EXIGE RIGOROSO CONTROLE DOS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS, O QUE PODE REPRESENTAR DESAFIO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONSERVAÇÃO, RASTREABILIDADE E GESTÃO DOS BENS CEDIDOS.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.	
HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?	<input type="checkbox"/> Sim.	<p>O licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços no período de dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa, no horário de XXhYYm às XXhYYm, mediante agendamento para acompanhamento de servidor do órgão.</p> <p>Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, renunciando à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO		
COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?	<input checked="" type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.	
	<input type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.	
LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	O SERVIÇO DEVERÁ SER PRESTADO NAS DEPENDÊNCIAS DO SEMU (SECRETARIA DE ESTADO DE MULHERES), LOCALIZADO NA AVENIDA GOVERNADOR JOSÉ MALCHER, Nº 2803, 2º ANDAR, BAIRRO SÃO BRÁS, CEP 66.090-100, BELÉM/PA, NOS HORÁRIOS ESTABELECIDOS NAS RESPECTIVAS ORDENS DE SERVIÇO.	
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO		
PRAZO DO CONTRATO	12 MESES (365 DIAS).	

HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
FORMA DE PAGAMENTO	Meio	ORDEM BANCÁRIA.
	Onde?	CONTA CORRENTE DA CONTRATADA NO BANCO DO ESTADO DO PARÁ.
	Qual o prazo?	ATÉ O MÍNIMO DE 30 DIAS CORRIDOS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL (OU FATURA) COM O COMPROVANTE DE REGULARIDADE FISCAL DA CONTRATADA.
	Prova da regularidade fiscal	A REGULARIDADE FISCAL PODE SER PROVADA: 1. POR CONSULTA AO SICAF OU CADASTRAMENTO UNIFICADO DE LICITANTE; OU 2. PELA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONSTANTES NO ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL CONSULTAR AOS SISTEMAS OFICIAIS.
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.	Justificativa: (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	Justificativa: CONSIDERANDO A NATUREZA DO OBJETO, CONSISTENTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO, NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. A CONTRATADA PERMANECERÁ INTEGRALMENTE RESPONSÁVEL PELA QUALIDADE, CONTINUIDADE E REGULARIDADE DO SERVIÇO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DO CONTRATO.
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática:	
	Elemento de Despesa:	

	Fonte do Recurso:
	Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.

Cidade: Belém (PA), 19 de maio de 2026.

ALINE SILVA NEVES
EQUIPE DE CONTRATAÇÃO / MATRÍCULA: 5996669

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 04/2026

PAE nº 2026/2197764

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?

A NECESSIDADE A SER ATENDIDA É A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO VISANDO ATENDER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NO PRÉDIO DESTA SECRETARIA**, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO EFICIENTE E CONFIÁVEL PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO ÓRGÃO.

AQUI ESTÃO ALGUMAS RAZÕES PELAS QUAIS ESSA CONTRATAÇÃO É NECESSÁRIA:

COMUNICAÇÃO INTERNA: UMA LINHA TELEFÔNICA FIXA PODE SER ESSENCIAL PARA COMUNICAÇÃO INTERNA ENTRE OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DA MULHER, GARANTINDO UMA COMUNICAÇÃO DIRETA E CONFIÁVEL.

COMUNICAÇÃO EXTERNA: É IMPORTANTE TER UM NÚMERO FIXO PARA QUE OUTRAS INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES E CIDADÃOS POSSAM ENTRAR EM CONTATO COM A SECRETARIA DA MULHER DE FORMA FÁCIL E CONFIÁVEL.

ACESSO A SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA: TER UMA LINHA TELEFÔNICA FIXA PODE GARANTIR O ACESSO RÁPIDO A SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA, SE NECESSÁRIO, PROPORCIONANDO SEGURANÇA ADICIONAL AOS FUNCIONÁRIOS E VISITANTES. REGISTRO DE CHAMADAS: AS LINHAS TELEFÔNICAS FIXAS MUITAS VEZES OFERECEM A CAPACIDADE DE REGISTRAR CHAMADAS, O QUE PODE SER ÚTIL PARA ACOMPANHAR CONTATOS IMPORTANTES E GARANTIR UM REGISTRO PRECISO DE COMUNICAÇÕES IMPORTANTES. RESPALDO EM CASO DE EMERGÊNCIAS: EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA OU INTERRUPTÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MÓVEL, UMA LINHA TELEFÔNICA FIXA PODE SER UMA SALVAGUARDA VITAL PARA MANTER A COMUNICAÇÃO ATIVA.

ESTA CONTRATAÇÃO DEVERÁ CONTER COM UM SESSION BORDER CONTROLLER (SBC) QUE É COMPATÍVEL COM RFC 3261 E OFERECE SUPORTE A SIP TRUNKING, ALÉM DE RECURSOS DE SEGURANÇA COMO PROTEÇÃO CONTRA DOS/DDOS, IDS, FIREWALL E REDUNDÂNCIA. A SOLUÇÃO TAMBÉM SUPOORTARÁ CODECS DE ÁUDIO E VÍDEO VARIADOS, BEM COMO CRIPTOGRAFIA TLS, DTLS, SRTP, HTTPS E SSH, E AINDA GARANTIRÁ COMPATIBILIDADE COM IPV4/IPV6, VLAN, ROTEAMENTO ESTÁTICO E MEDIA ANCHORING. ADICIONALMENTE, A HOSPEDAGEM DA SOLUÇÃO PABX EM NUVEM SERÁ REALIZADA EM DATACENTERS LOCALIZADOS NO BRASIL, COM CERTIFICAÇÕES RIGOROSAS, COMO ISO 27001, ISO 27017, ISO 27018, SOC 1, SOC 2, SOC 3, PCI DSS, CSA STAR E HITRUST CSF, OU TIER III. O TRÁFEGO DE VOZ SERÁ PROCESSADO EXCLUSIVAMENTE EM DATACENTERS NACIONAIS, GARANTINDO ALTA DISPONIBILIDADE E REDUNDÂNCIA GEOGRÁFICA.

DESTA FORMA, FAZ-SE NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO EM REGIME DE COMODATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, VISANDO ATENDER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NO PRÉDIO DESTA SECRETARIA, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO EFICIENTE E CONFIÁVEL PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO ÓRGÃO.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input type="checkbox"/> Bem.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço.	
QUAL A NATUREZA?	<input checked="" type="checkbox"/> Continuada.	<input type="checkbox"/> Com monopólio. <input checked="" type="checkbox"/> Sem monopólio.
	<input type="checkbox"/> Não continuada.	
QUAL A VIGÊNCIA?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <div style="text-align: right;"><input type="checkbox"/> dias.</div> <input type="checkbox"/> Outro: <input type="checkbox"/> meses. <div style="text-align: right;"><input type="checkbox"/> anos.</div>	
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input type="checkbox"/> Sim. Contrato nº: nn/aa. Prazo final: dd/mm/aa. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada
	1	LICENÇAS DE RAMAL • PERMITIR USO SIMULTÂNEO DE ATÉ 5 DISPOSITIVOS (TELEFONE IP E/OU SOFTPHONE). • CONFERÊNCIA DE VOZ COM ATÉ 3 PARTICIPANTES INTERNOS E/OU EXTERNOS. • SUPORTE A DESVIO DE CHAMADAS (INCONDICIONAL, OCUPADO, NÃO ATENDIDO E INDISPONÍVEL). • CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ATENDIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS. • IDENTIFICAÇÃO DE CHAMADAS (BINA) E BLOQUEIO DE CHAMADAS ESPECÍFICAS. • CADEADO ELETRÔNICO E REDISCAGEM DE CHAMADAS PERDIDAS. • NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES OU SISTEMAS BASEADOS OU DERIVADOS DA SOLUÇÃO DE CÓDIGO ABERTO, COMO ASTERISK E/OU FREESWITCH.
	2	LICENÇAS DE SOFTPHONE • BASEADO EM PROTOCOLO SIP, COMPATÍVEL COM PABX EM NUVEM. • ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS. • CONFERÊNCIA DE ÁUDIO E VÍDEO COM ATÉ 100 PARTICIPANTES. • COMPATÍVEL COM WINDOWS 10, IOS 15.5+ E ANDROID 8+. • SUPORTE A CODECS G.711, G.722, G.729, OPUS E H.264. • CRIPTOGRAFIA AES-256, SRTP COM HMAC-SHA1 E SUPORTE A TLS/SRTP. • PRESENÇA, CHAT, COMPARTILHAMENTO DE TELA, QUADRO BRANCO E FUNDO VIRTUAL. • ACESSO

		VIA URL E PUBLICAÇÃO EM APP STORE E GOOGLE PLAY. • O SOFTPHONE DEVERÁ SER DO MESMO FABRICANTE DO PABX.
	3	LICENÇAS DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA) • SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO ELETRÔNICO COM MENSAGEM DE BOAS-VINDAS. • MÍNIMO DE 5 MENUS DE NAVEGAÇÃO E 2 NÍVEIS HIERÁRQUICOS. • CONFIGURAÇÃO VIA PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO. • DIFERENCIAÇÃO DE MENUS POR HORÁRIO COMERCIAL, PÓS-EXPEDIENTE E FERIADOS. • POSSIBILIDADE DE UPLOAD E SUBSTITUIÇÃO DE ÁUDIOS PERSONALIZADOS.
	4	TELEFONE IP BÁSICO EM REGIME DE COMODATO • EQUIPAMENTOS NOVOS, HOMOLOGADOS PELA ANATEL. • COMPATÍVEIS COM SISTEMA PABX EM NUVEM. • ÁUDIO HD COM REDUÇÃO DE RUÍDO E CANCELAMENTO DE ECO. • TELA MÍNIMA DE 192X48 PIXELS E SUPORTE A FONE DE OUVIDO EHS. • 10 TECLAS DE FUNÇÃO E 4 PROGRAMÁVEIS. • 2 PORTAS RJ-45 GIGABIT COM SUPORTE POE (IEEE 802.3AF). • SUPORTE A SIP, TLS, SRTP, HTTPS, QOS, VLAN E LLDP-MED. • FONTE AC 100V–240V INCLUSA.
	5	TELEFONE IP AVANÇADO EM REGIME DE COMODATO • POSSUIR HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL. • DEVE SER COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE TELEFONIA EM NUVEM. • DEVE PERMITIR ACESSO A TODAS AS FACILIDADES / FUNÇÕES DO PABX EM NUVEM DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. • ÁUDIO HD NO ALTO-FALANTE E NO MICROFONE. • TELA COLORIDA DE NO MÍNIMO 2,8 POLEGADAS (300 PIXELS DE LARGURA X 220 PIXELS DE ALTURA). • DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 30 TECLAS PROGRAMÁVEIS (DDS) PAGINÁVEIS COM LED INDICADOR NO DISPLAY PRINCIPAL OU NO SECUNDÁRIO. • DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 12 LINHAS SIP. • CONFERÊNCIA DE 6 VIAS. • ENTRADA PARA ATÉ 992 CONTATOS EM LISTA TELEFÔNICA LOCAL. • DEVE POSSUIR IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. • SUPORTAR FONE DE OUVIDO SEM FIO EHS. • SUPORTAR OS CODECS G.711A/U, G.726, G.729A, ILBC, G.722 E OPUS. • DEVE SUPORTAR AS FUNCIONALIDADES DE AEC, VAD, CNG, BNE, NR, AGC, PLC. • DEVE POSSUIR 6 TECLAS DE FUNÇÃO (RETER/MWI/ENCAMINHAR/ CONFERÊNCIA/REDISCAGEM/HEADSET). • DEVE POSSUIR 3 TECLAS DE LINHAS COM LED. • DEVE POSSUIR PORTA USB 2.0. • SUPORTAR DOIS ÂNGULOS AJUSTÁVEIS E INSTALAÇÃO EM PAREDE. • DEVE POSSUIR 02 INTERFACES DE REDE RJ-45 10/100/1000 PARA CONEXÃO DE DESKTOP E CONECTIVIDADE COM A REDE LAN. • FUNÇÃO POE (IEEE 802.3 AF). • SUPORTE AOS PROTOCOLOS SIP2.0 OVER UDP, RTP, STUN, TLS, IPV6, LLDP, PPPOE, QOS, 802.1X, L2TP, OPENVPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS, TCP, RTCP, SRTP, DHCP. • DEVEM SER FORNECIDOS COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC 100V-240V.
	6	SERVIÇO DE ASSINATURA STFC • LICENÇA VÁLIDA DA ANATEL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. • LIGAÇÕES ENTRE RAMAIS SEM LIMITE SIMULTÂNEO. • DISPONIBILIZAÇÃO DE 90 CANAIS PARA LIGAÇÕES EXTERNAS SIMULTÂNEAS. • FORNECIMENTO DE NÚMEROS DDR PARA TODOS OS RAMAIS. • POSSIBILIDADE DE PORTABILIDADE DOS NÚMEROS ATUAIS SEM CUSTO ADICIONAL. • CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL).
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>Especificar:</p> <p>PRIORIZAR EMPRESAS QUE OFEREÇAM SERVIÇOS COM MENOR IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL.</p> <p>PRIORIZAR EMPRESAS QUE REALIZAM COLETA SELETIVA, RECICLAGEM E O DESCARTE ADEQUADO DE TODOS OS TIPOS DE RESÍDUOS GERADOS PELA ATIVIDADE.</p>

	<input type="checkbox"/> Não.
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
LEVANTAMENTO DE MERCADO	
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	<input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Audiência pública. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: (Indicar o meio).
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	A ESCOLHA DA CONTRATAÇÃO DA TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO COM AS CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DESCRITAS, SE DÁ EM RAZÃO DA OTIMIZAÇÃO NO QUE TANGE AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA DE FORMA EFICIENTE E SEGURA. A ESCOLHA FOI REALIZADA COM BASE EM UMA ANÁLISE TÉCNICA E ECONÔMICA CRITERIOSA, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O CUSTO-BENEFÍCIO E AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA DEMANDA. ASSIM SE JUSTIFICA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO PARA OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS, REDUÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS, EFICIÊNCIA LOGÍSTICA, ECONOMIA DE EQUIPE E MAIOR VERSATILIDADE.
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
O QUE SERÁ CONTRATADO?	SERÁ CONTRATADO O SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO, VISANDO ATENDER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NO PRÉDIO DESTA SECRETARIA.
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<input type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> Outro: <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: A EXIGÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A CONTRATAÇÃO DA TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO É UMA MEDIDA ESSENCIAL QUE VISA ASSEGURAR A OPERACIONALIDADE CONTÍNUA, A SEGURANÇA E A MANUTENÇÃO ADEQUADA DO SERVIÇO. <input type="checkbox"/> Não.

HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<p>Descrever solução: DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO SE CONSTITUI FUNDAMENTAL A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA TELEFONIA FIXA EM REGIME DE COMODATO, DEVENDO ESSA MANUTENÇÃO SER REALIZADA DIRETAMENTE COM EMPRESA CONTRATADA OU REPRESENTANTE AUTORIZADO. ASSIM BUSCA-SE POR MEIO DA EXIGÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA CONTRATAÇÃO DE TELEFONIA FIXA, GARANTIR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS E AINDA A SEGURANÇA DAS OPERAÇÕES REALIZADAS.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>			
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO				
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<p><input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Outro. Especificar: POR MEIO DE ESTUDO DA NECESSIDADE DA PRESENTE DEMANDA</p>			
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	<p>CONFORME A NECESSIDADE APRESENTADA NO DFD DESTA SECRETARIA.</p>			
ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtd
	1	LICENÇAS DE RAMAL • PERMITIR USO SIMULTÂNEO DE ATÉ 5 DISPOSITIVOS (TELEFONE IP E/OU SOFTPHONE). • CONFERÊNCIA DE VOZ COM ATÉ 3 PARTICIPANTES INTERNOS E/OU EXTERNOS. • SUPORTE A DESVIO DE CHAMADAS (INCONDICIONAL, OCUPADO, NÃO ATENDIDO E INDISPONÍVEL). • CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ATENDIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS. • IDENTIFICAÇÃO DE CHAMADAS (BINA) E BLOQUEIO DE CHAMADAS ESPECÍFICAS. • CADEADO ELETRÔNICO E REDISCAGEM DE CHAMADAS PERDIDAS. • NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES OU SISTEMAS BASEADOS OU DERIVADOS DA SOLUÇÃO DE CÓDIGO ABERTO, COMO ASTERISK E/OU FREESWITCH.	UND	40
	2	LICENÇAS DE SOFTPHONE • BASEADO EM PROTOCOLO SIP, COMPATÍVEL COM PABX EM NUVEM. • ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS. • CONFERÊNCIA DE ÁUDIO E VÍDEO COM ATÉ 100 PARTICIPANTES. • COMPATÍVEL COM WINDOWS 10, IOS 15.5+ E ANDROID 8+. • SUPORTE A CODECS G.711, G.722, G.729, OPUS E H.264. • CRIPTOGRAFIA AES-256, SRTP COM HMAC-SHA1 E SUPORTE A TLS/SRTP. • PRESENÇA, CHAT, COMPARTILHAMENTO DE TELA, QUADRO BRANCO E FUNDO VIRTUAL. • ACESSO VIA URL E PUBLICAÇÃO EM APP STORE E GOOGLE PLAY. • O SOFTPHONE DEVERÁ SER DO MESMO FABRICANTE DO PABX.	UND	40
	3	LICENÇA DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA) • SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO ELETRÔNICO COM MENSAGEM DE BOAS-VINDAS. • MÍNIMO DE 5 MENUS DE NAVEGAÇÃO E 2	UND	01

		NÍVEIS HIERÁRQUICOS. • CONFIGURAÇÃO VIA PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO. • DIFERENCIAÇÃO DE MENUS POR HORÁRIO COMERCIAL, PÓS-EXPEDIENTE E FERIADOS. • POSSIBILIDADE DE UPLOAD E SUBSTITUIÇÃO DE ÁUDIOS PERSONALIZADOS.		
	4	TELEFONES IP BÁSICO EM REGIME DE COMODATO • EQUIPAMENTOS NOVOS, HOMOLOGADOS PELA ANATEL. • COMPATÍVEIS COM SISTEMA PABX EM NUVEM. • ÁUDIO HD COM REDUÇÃO DE RUÍDO E CANCELAMENTO DE ECO. • TELA MÍNIMA DE 192X48 PIXELS E SUPORTE A FONE DE OUVIDO EHS. • 10 TECLAS DE FUNÇÃO E 4 PROGRAMÁVEIS. • 2 PORTAS RJ-45 GIGABIT COM SUPORTE POE (IEEE 802.3AF). • SUPORTE A SIP, TLS, SRTP, HTTPS, QOS, VLAN E LLDP-MED. • FONTE AC 100V–240V INCLUSA.	UND	30
	5	TELEFONES IP AVANÇADO EM REGIME DE COMODATO • POSSUIR HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL. • DEVE SER COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE TELEFONIA EM NUVEM. • DEVE PERMITIR ACESSO A TODAS AS FACILIDADES / FUNÇÕES DO PABX EM NUVEM DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. • ÁUDIO HD NO ALTO-FALANTE E NO MICROFONE. • TELA COLORIDA DE NO MÍNIMO 2,8 POLEGADAS (300 PIXELS DE LARGURA X 220 PIXELS DE ALTURA). • DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 30 TECLAS PROGRAMÁVEIS (DDS) PAGINÁVEIS COM LED INDICADOR NO DISPLAY PRINCIPAL OU NO SECUNDÁRIO. • DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 12 LINHAS SIP. • CONFERÊNCIA DE 6 VIAS. • ENTRADA PARA ATÉ 992 CONTATOS EM LISTA TELEFÔNICA LOCAL. • DEVE POSSUIR IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. • SUPORTAR FONE DE OUVIDO SEM FIO EHS. • SUPORTAR OS CODECS G.711A/U, G.726, G.729A, ILBC, G.722 E OPUS. • DEVE SUPORTAR AS FUNCIONALIDADES DE AEC, VAD, CNG, BNE, NR, AGC, PLC. • DEVE POSSUIR 6 TECLAS DE FUNÇÃO (RETER/MWI/ENCAMINHAR/ CONFERÊNCIA/RE-DISCAGEM/HEADSET). • DEVE POSSUIR 3 TECLAS DE LINHAS COM LED. • DEVE POSSUIR PORTA USB 2.0. • SUPORTAR DOIS ÂNGULOS AJUSTÁVEIS E INSTALAÇÃO EM PAREDE. • DEVE POSSUIR 02 INTERFACES DE REDE RJ-45 10/100/1000 PARA CONEXÃO DE DESKTOP E CONECTIVIDADE COM A REDE LAN. • FUNÇÃO POE (IEEE 802.3 AF). • SUPORTE AOS PROTOCOLOS SIP2.0 OVER UDP, RTP, STUN, TLS, IPV6, LLDP, PPPOE, QOS, 802.1X, L2TP, OPENVPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS, TCP, RTCP, SRTP, DHCP. • DEVEM SER FORNECIDOS COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC 100V-240V.	UND	10
	6	SERVIÇO DE ASSINATURA STFC • LICENÇA VÁLIDA DA ANATEL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. • LIGAÇÕES ENTRE RAMAIS SEM LIMITE SIMULTÂNEO. • DISPONIBILIZAÇÃO DE	UND	01

		90 CANAIS PARA LIGAÇÕES EXTERNAS SIMULTÂNEAS. • FORNECIMENTO DE NÚMEROS DDR PARA TODOS OS RAMAIS. • POSSIBILIDADE DE PORTABILIDADE DOS NÚMEROS ATUAIS SEM CUSTO ADICIONAL. • CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL).		
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO				
MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input type="checkbox"/> Pannel de preços. <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas. <input checked="" type="checkbox"/> Fornecedores. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: (Indicar o meio).			
ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd
	1	LICENÇAS DE RAMAL • PERMITIR USO SIMULTÂNEO DE ATÉ 5 DISPOSITIVOS (TELEFONE IP E/OU SOFTPHONE). • CONFERÊNCIA DE VOZ COM ATÉ 3 PARTICIPANTES INTERNOS E/OU EXTERNOS. • SUPORTE A DESVIO DE CHAMADAS (INCONDICIONAL, OCUPADO, NÃO ATENDIDO E INDISPONÍVEL). • CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ATENDIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS. • IDENTIFICAÇÃO DE CHAMADAS (BINA) E BLOQUEIO DE CHAMADAS ESPECÍFICAS. • CADEADO ELETRÔNICO E REDISCAGEM DE CHAMADAS PERDIDAS. • NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES OU SISTEMAS BASEADOS OU DERIVADOS DA SOLUÇÃO DE CÓDIGO ABERTO, COMO ASTERISK E/OU FREESWITCH.	R\$ 27,50	40
	2	LICENÇAS DE SOFTPHONE • BASEADO EM PROTOCOLO SIP, COMPATÍVEL COM PABX EM NUVEM. • ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS. • CONFERÊNCIA DE ÁUDIO E VÍDEO COM ATÉ 100 PARTICIPANTES. • COMPATÍVEL COM WINDOWS 10, IOS 15.5+ E ANDROID 8+. • SUPORTE A CODECS G.711,	R\$ 13,00	40
				Valor Total

		G.722, G.729, OPUS E H.264. • CRIPTOGRAFIA AES-256, SRTP COM HMAC-SHA1 E SUPORTE A TLS/SRTP. • PRESENÇA, CHAT, COMPARTILHAMENTO DE TELA, QUADRO BRANCO E FUNDO VIRTUAL. • ACESSO VIA URL E PUBLICAÇÃO EM APP STORE E GOOGLE PLAY. • O SOFTPHONE DEVERÁ SER DO MESMO FABRICANTE DO PABX.			
	3	LICENÇA DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA) • SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO ELETRÔNICO COM MENSAGEM DE BOAS-VINDAS. • MÍNIMO DE 5 MENUS DE NAVEGAÇÃO E 2 NÍVEIS HIERÁRQUICOS. • CONFIGURAÇÃO VIA PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO. • DIFERENCIAÇÃO DE MENUS POR HORÁRIO COMERCIAL, PÓS-EXPEDIENTE E FERIADOS. • POSSIBILIDADE DE UPLOAD E SUBSTITUIÇÃO DE ÁUDIOS PERSONALIZADOS.	R\$ 31,50	01	R\$ 31,50
	4	TELEFONES IP BÁSICO EM REGIME DE COMODATO • EQUIPAMENTOS NOVOS, HOMOLOGADOS PELA ANATEL. • COMPATÍVEIS COM SISTEMA PABX EM NUVEM. • ÁUDIO HD COM REDUÇÃO DE RUÍDO E CANCELAMENTO DE ECO. • TELA MÍNIMA DE 192X48 PIXELS E SUPORTE A FONE DE OUVIDO EHS. • 10 TECLAS DE FUNÇÃO E 4 PROGRAMÁVEIS. • 2 PORTAS RJ-45 GIGABIT COM SUPORTE POE (IEEE 802.3AF). • SUPORTE A SIP, TLS, SRTP, HTTPS, QOS, VLAN E LLDP-MED. • FONTE AC 100V–240V INCLUSA.	R\$ 28,90	30	R\$ 867,00
	5	TELEFONE IP AVANÇADO EM REGIME DE COMODATO • POSSUIR HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL. • DEVE SER COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE TELEFONIA EM NUVEM. • DEVE PERMITIR ACESSO A TODAS AS FACILIDADES / FUNÇÕES DO PABX EM NUVEM DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. • ÁUDIO HD NO ALTO-	R\$ 85,90	10	R\$ 859,00

		<p>FALANTE E NO MICROFONE. •TELA COLORIDA DE NO MÍNIMO 2,8 POLEGADAS (300 PIXELS DE LARGURA X 220 PIXELS DE ALTURA). •DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 30 TECLAS PROGRAMÁVEIS (DDS) PAGINÁVEIS COM LED INDICADOR NO DISPLAY PRINCIPAL OU NO SECUNDÁRIO. •DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 12 LINHAS SIP. •CONFERÊNCIA DE 6 VIAS. •ENTRADA PARA ATÉ 992 CONTATOS EM LISTA TELEFÔNICA LOCAL. •DEVE POSSUIR IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. •SUPOSTAR FONE DE OUVIDO SEM FIO EHS. •SUPOSTAR OS CODECS G.711A/U, G.726, G.729A, ILBC, G.722 E OPUS. •DEVE SUPOSTAR AS FUNCIONALIDADES DE AEC, VAD, CNG, BNE, NR, AGC, PLC. •DEVE POSSUIR 6 TECLAS DE FUNÇÃO (RETER/MWI/ENCAMINHAR/ CONFERÊNCIA/REDISCAGEM/HEADSET). • DEVE POSSUIR 3 TECLAS DE LINHAS COM LED. • DEVE POSSUIR PORTA USB 2.0. • SUPOSTAR DOIS ÂNGULOS AJUSTÁVEIS E INSTALAÇÃO EM PAREDE. • DEVE POSSUIR 02 INTERFACES DE REDE RJ-45 10/100/1000 PARA CONEXÃO DE DESKTOP E CONECTIVIDADE COM A REDE LAN. • FUNÇÃO POE (IEEE 802.3 AF). • SUPORTE AOS PROTOCOLOS SIP2.0 OVER UDP, RTP, STUN, TLS, IPV6, LLDP, PPPOE, QOS, 802.1X, L2TP, OPENVPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS, TCP, RTCP, SRTP, DHCP. • DEVEM SER FORNECIDOS COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC 100V-240V.</p>			
	6	<p>SERVIÇO DE ASSINATURA STFC • LICENÇA VÁLIDA DA ANATEL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. • LIGAÇÕES ENTRE RAMAIS SEM LIMITE SIMULTÂNEO. • DISPONIBILIZAÇÃO DE 90 CANAIS PARA LIGAÇÕES EXTERNAS SIMULTÂNEAS. • FORNECIMENTO DE</p>	R\$ 899,00	01	R\$ 899,00

		NÚMEROS DDR PARA TODOS OS RAMAIS. • POSSIBILIDADE DE PORTABILIDADE DOS NÚMEROS ATUAIS SEM CUSTO ADICIONAL. • CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL).			
				TOTAL MENSAL	R\$ 4.276,50
				TOTAL ANUAL	R\$ 51.318,00

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	<input type="checkbox"/> Sim.				
	<input checked="" type="checkbox"/> Não. Por quê?	<input type="checkbox"/> Objeto indivisível.	<input type="checkbox"/> Perda de escala.	<input type="checkbox"/> Economicamente inviável.	<input type="checkbox"/> Outro.
		<input checked="" type="checkbox"/> Tecnicamente inviável.			
		<input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade.			Especificar: (Indicar o motivo).

CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar: (Indicar o PAE e o número do contrato administrativo, especificando o seu objeto correlato/interdependente).			
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.				

ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO

HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Especificar item do PCA: ITEM 04.
	<input type="checkbox"/> Não.	Providências:

RESULTADOS PRETENDIDOS

QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo	<input type="checkbox"/> Redução de Custos
	<input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho	<input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos
	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo	<input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência
	<input type="checkbox"/> Outro.	<input type="checkbox"/> Realização de Política Pública
	Especificar: (Indicar o benefício).	

PROVIDÊNCIAS PENDENTES

**HÁ PROVIDÊNCIAS
PENDENTES PARA O
SUCESSO DA
CONTRATAÇÃO?**

☐ Sim.

Especificar: (Apresentar cronograma de providências a serem adotadas antes e durante o contrato para assegurar o êxito do resultado, como capacitação de servidores, adequação do espaço físico etc).

☒ Não.

IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

**HÁ PREVISÃO DE
IMPACTO AMBIENTAL
NA CONTRATAÇÃO?**

☒ Sim.

ESPECIFICAR OS IMPACTOS: OS IMPACTOS OCORREM DESDE A PRODUÇÃO ATÉ O DESCARTE DOS EQUIPAMENTOS E DA REDE.

- **1. EXTRAÇÃO DE RECURSOS E E-LIXO:**
 - **PRODUÇÃO:** EXTRAÇÃO DE METAIS PESADOS, COBRE E TERRAS RARAS PARA CABOS, MODEMS E APARELHOS TELEFÔNICOS.
 - **DESCARTE:** GERAÇÃO DE LIXO ELETRÔNICO E-LIXO QUANDO OS EQUIPAMENTOS FICAM OBSOLETOS OU SÃO DESCARTADOS. O DESCARTE INADEQUADO POLUI O SOLO E A ÁGUA COM SUBSTÂNCIAS TÓXICAS (CHUMBO, CÁDMIO).
- **2. CONSUMO DE ENERGIA:**
 - **OPERAÇÃO DA REDE:** O FUNCIONAMENTO CONSTANTE DE CENTRAIS DE COMUTAÇÃO, REPETIDORAS E A PRÓPRIA INFRAESTRUTURA DE CABOS CONSUME ENERGIA ELÉTRICA, CONTRIBUINDO INDIRETAMENTE PARA A EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA GEE SE A ENERGIA FOR GERADA POR FONTES FÓSSEIS.

ESPECIFICAR AS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS: AS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DEVEM SER APLICADAS TANTO PELAS OPERADORAS QUANTO PELOS CONSUMIDORES.

TRANSIÇÃO PARA FIBRA ÓPTICA: A FIBRA ÓPTICA UTILIZA MENOS COBRE (UM RECURSO ESGOTÁVEL) E CONSUME MENOS ENERGIA POR METRO NA TRANSMISSÃO DE DADOS EM COMPARAÇÃO COM OS CABOS DE COBRE TRADICIONAIS.

GESTÃO DE E-LIXO E LOGÍSTICA REVERSA: IMPLEMENTAR PROGRAMAS ROBUSTOS DE LOGÍSTICA REVERSA PARA RECOLHER E RECICLAR APARELHOS ANTIGOS, MODEMS E EQUIPAMENTOS DE REDE, GARANTINDO O TRATAMENTO ADEQUADO DE MATERIAIS PERIGOSOS.

☐ Não.

CONCLUSÃO

**A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE
TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?**

☒ Sim.

☐ Não.

Belém (PA), 10 de fevereiro de 2026.

MAURA CHEPUCH DOS SANTOS

Equipe de Planejamento da Contratação

Matrícula: 5951914-2

FERNANDO JOSÉ FOLHA DO VALE JR

Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação

Matrícula: 8084710-2

PROPOSTA COMERCIAL

Solução em Nuvem – Voice Manager

NR PROPOSTA

602447173

DATA

10/02/2026

CONSULTOR

Ricardo Tabosa

+55 91-985760235

ricardo.tabosa@metodotelecom.com.br

www.metodotelecom.com.br



SIGA-NOS



À SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES DO ESTADO DO PARÁ

Apresentamos uma proposta de serviço especializado para fornecimento e implantação de Serviços de Telefonia Fixa de PABX em nuvem, baseado em protocolo SIP, incluindo tráfego ilimitado para ligações locais e nacionais, fixo-fixo e fixo-móvel, com fornecimento de equipamentos e materiais necessários:

Item	Descrição detalhada	Qtd	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Global (12 Meses)
1	LICENÇAS DE RAMAL	40	R\$ 20,00	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
2	LICENÇAS DE SOFTPHONE	40	R\$ 10,00	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
3	LICENÇA DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA)	1	R\$ 23,10	R\$ 23,10	R\$ 277,20
4	TELEFONE IP BÁSICO	30	R\$ 22,90	R\$ 687,00	R\$ 8.244,00
5	TELEFONE IP AVANÇADO	10	R\$ 72,79	R\$ 727,90	R\$ 8.734,80
6	SERVIÇO DE ASSINATURA STFC	1	R\$ 796,00	R\$ 796,00	R\$ 9.552,00
Valor Global (12 Meses)					R\$ 41.208,00

Observação:

- **Validade da proposta:** 30 (trinta) dias a contar de sua apresentação.
- **Prazo de Entrega:** até 30 dias.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: Método Telecomunicações e Comércio Ltda.

CNPJ: 65.295.172/0001-85

Inscrição Estadual nº: 062758709.00-52

Endereço: Avenida Barão Homem de Melo, 3.382, 1º andar, Estoril.

Cidade: Belo Horizonte

Estado: Minas Gerais

CEP: 30494-270.

TELEFONE: (31) 2102-1150 / (31) 2102-1100

EMAIL: metodo@metodotelecom.com.br

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
6/2026	930136	Concluída	LILLIAN WITTE NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Título: TELEFONIA FIXA ATUALIZADA			
Observações:			
Total de itens cotados: 6		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 5.541,8900	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

26107 - Assinatura de Ramal Telefonico

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Quantidade

30

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 35,0000

Média

R\$ 35,0000

Mediana

R\$ 35,0000

Coeficiente de Variação: 0,0000%

Desvio Padrão: 0,0000

Maior Preço: R\$ 35,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	7	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
2	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	9	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
3	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 545,0000	03/02/2026	Não
4	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
5	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
6	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	7	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
7	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
8	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
9	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	7	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
10	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	5	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não

Processo: 2026/2197764-4 | Sequencial: 04 | Autenticação: a1630008-d47a-4ef0-a770-f5a492007390

Acessado por: ALINE SILVA NEVES (CPF: ***.946.592-**) em 19/05/2026 às 11:48

Página: 16/28

Processo: 2026/2197764 | Sequencial: 04 | Autenticação: a1630008-d47a-4ef0-a770-f5a492007390

Acessado por: ALINE SILVA NEVES (CPF: ***.946.592-**) em 19/05/2026 às 11:48

Página: 16/28

11	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	19 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
12	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
13	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
14	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	1778 UNIDADE	R\$ 619,8000	16/01/2026	Não
15	I	CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 1ª - DF - Compras.gov.br	50 UNIDADE	R\$ 15,0000	15/01/2026	Não
16	I	CAMARA MUNICIPAL DE BARAO DE ANTONINA/SP - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 250,0000	08/01/2026	Não
17	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 2.500,0000	29/12/2025	Não
18	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 136,8300	28/12/2025	Não
19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.492,1300	18/12/2025	Não
20	I	CONSELHO REG CORRET IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO/SP - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 104,0800	15/12/2025	Não
21	I	FUNDACAO FACULDADE FED. CIENCIAS MEDICAS POA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 119.574,0000	15/12/2025	Não
22	I	FUNDACAO FACULDADE FED. CIENCIAS MEDICAS POA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 16.305,6000	15/12/2025	Não
23	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 14,9900	09/12/2025	Não
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 299,9900	09/12/2025	Não
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 500,0000	02/12/2025	Não
26	I	ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 60,0000	01/12/2025	Não
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 581,9000	26/11/2025	Não
28	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	845 UNIDADE	R\$ 10,0000	13/11/2025	Não
29	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MT - Compras.gov.br	30 UNIDADE	R\$ 960,0000	06/11/2025	Não
30	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 210,0000	05/11/2025	Não
31	I	CAMARA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIENSE - Compras.gov.br	24 UNIDADE	R\$ 100,0000	04/11/2025	Não
32	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	120 UNIDADE	R\$ 750,0000	31/10/2025	Não
33	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	120 UNIDADE	R\$ 750,0000	31/10/2025	Não
34	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	12000 UNIDADE	R\$ 10,0000	31/10/2025	Não
35	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 1.244,9900	20/10/2025	Não
36	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 139,0000	19/10/2025	Não
37	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.184,0000	16/10/2025	Não
38	I	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA 3A - SC - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 2.487,5700	12/10/2025	Não
39	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-AL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 9.632,0000	30/09/2025	Não
40	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 18.589,9000	29/09/2025	Não
41	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 18.589,9000	29/09/2025	Não

42	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 410,1420	11/09/2025	Não
i 43	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 4.340,3000	04/09/2025	Não
44	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS /PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 34.640,0000	01/09/2025	Não
45	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	360 UNIDADE	R\$ 395,0000	31/10/2025	Não
46	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	240 UNIDADE	R\$ 49,0000	31/10/2025	Não
47	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	35 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
48	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 320,6300	22/01/2026	Não
i 49	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	720 UNIDADE	R\$ 35,0000	18/09/2025	Sim
50	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 268.000,0000	20/01/2026	Não

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
27472 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador	UNIDADE	30
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 41,2300	R\$ 41,2300	R\$ 41,2300
Coeficiente de Variação: 0,0000% Desvio Padrão: 0,0000 Maior Preço: R\$ 41,2300		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	1051 UNIDADE		R\$ 41,2300	22/01/2026	Sim
2	I	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - Compras.gov.br	600 UNIDADE		R\$ 200,0100	22/01/2026	Não
3	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	2500 UNIDADE		R\$ 219,0000	12/01/2026	Não
4	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	5 UNIDADE		R\$ 299,1700	29/01/2026	Não
5	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	100 UNIDADE		R\$ 303,0600	29/01/2026	Não
6	I	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - Compras.gov.br	40 UNIDADE		R\$ 384,0000	22/01/2026	Não
7	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	20 UNIDADE		R\$ 436,6200	29/01/2026	Não
8	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	100 UNIDADE		R\$ 436,6200	29/01/2026	Não
9	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	10 UNIDADE		R\$ 535,3600	29/01/2026	Não
10	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	12 UNIDADE		R\$ 800,0000	19/01/2026	Não
11	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	10 UNIDADE		R\$ 837,0100	29/01/2026	Não
12	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	19 UNIDADE		R\$ 855,7000	15/01/2026	Não

Processo: 2026/2197764 | Sequencial: 04 | Autenticação: a1630008-d47a-4ef0-a770-f5a492007390

Acessado por: ALINE SILVA NEVES (CPF: ***.946.592-**) em 19/05/2026 às 11:48

Página: 18/28

13	I	DE RORAIMA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.145,0000	14/01/2026	Não
14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1000 UNIDADE	R\$ 1.220,0000	22/01/2026	Não
15	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	940 UNIDADE	R\$ 1.282,0000	22/01/2026	Não
16	I	AGENCIA BRASILEIRA DE APOIO A GESTAO DO SUS - Compras.gov.br	1200 UNIDADE	R\$ 1.306,2600	16/01/2026	Não
17	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	500 UNIDADE	R\$ 1.350,0000	15/01/2026	Não
18	I	AGENCIA BRASILEIRA DE APOIO A GESTAO DO SUS - Compras.gov.br	1400 UNIDADE	R\$ 1.644,5700	16/01/2026	Não
19	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-SC - Compras.gov.br	75 UNIDADE	R\$ 1.700,0000	19/01/2026	Não
20	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.986,0000	08/01/2026	Não
21	I	AGENCIA BRASILEIRA DE APOIO A GESTAO DO SUS - Compras.gov.br	100 UNIDADE	R\$ 2.779,4700	16/01/2026	Não
22	I	AGENCIA BRASILEIRA DE APOIO A GESTAO DO SUS - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 2.885,2800	16/01/2026	Não
23	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	40 UNIDADE	R\$ 3.399,0000	21/01/2026	Não
24	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.300,0000	15/01/2026	Não
25	I	AGENCIA BRASILEIRA DE APOIO A GESTAO DO SUS - Compras.gov.br	30 UNIDADE	R\$ 4.616,5200	16/01/2026	Não
26	I	AGENCIA BRASILEIRA DE APOIO A GESTAO DO SUS - Compras.gov.br	100 UNIDADE	R\$ 4.620,0600	16/01/2026	Não
27	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.900,0000	02/02/2026	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8 UNIDADE	R\$ 5.581,3400	26/01/2026	Não
29	I	AGENCIA BRASILEIRA DE APOIO A GESTAO DO SUS - Compras.gov.br	30 UNIDADE	R\$ 5.770,9200	16/01/2026	Não
30	I	SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO /PREF M.UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	90 UNIDADE	R\$ 6.118,0000	15/01/2026	Não
31	I	AGENCIA BRASILEIRA DE APOIO A GESTAO DO SUS - Compras.gov.br	30 UNIDADE	R\$ 6.492,2700	16/01/2026	Não
32	I	SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO /PREF M.UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	32 UNIDADE	R\$ 8.000,0000	15/01/2026	Não
33	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-MG - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 11.109,0000	15/01/2026	Não
34	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 14.200,0000	20/01/2026	Não
35	I	ESP-UNIV ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 19.942,0000	08/01/2026	Não
36	I	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNIC DO EST DO PARA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 20.360,7000	25/01/2026	Não
37	I	SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO /PREF M.UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	23 UNIDADE	R\$ 26.200,0000	15/01/2026	Não
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 29.900,0000	26/01/2026	Não
39	I	SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO /PREF M.UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 31.388,0000	15/01/2026	Não
40	I	SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO /PREF M.UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	5 UNIDADE	R\$ 32.500,0000	15/01/2026	Não
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4 UNIDADE	R\$ 34.945,2000	26/01/2026	Não
42	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 40.800,0000	19/01/2026	Não

Processo: 2026/2197764-1 Sequencial: 04 | Autenticação: a1630008-d47a-4ef0-a770-f5a492007390

Acessado por: ALINE SILVA NEVES (CPF: ***.946.592-**) em 19/05/2026 às 11:48

Página: 19/28

43		TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 40.800,0000	19/01/2026	Não
44		SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO /PREF M.UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	44	UNIDADE	R\$ 47.500,0000	15/01/2026	Não
45		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 64.135,3000	12/01/2026	Não
46		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 98.534,0000	26/01/2026	Não
47		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 100.223,0000	12/01/2026	Não
48		PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 160.000,0000	16/01/2026	Não
49		EDF-SERVICO DE LIMPEZA URBANA DO DF - Compras.gov.br	11	UNIDADE	R\$ 300.968,0000	30/01/2026	Não
50		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 13.550.000,0000	27/01/2026	Não

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item			Unidade de Fornecimento		Quantidade		
26107 - Assinatura de Ramal Telefonico			UNIDADE		1		
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço		● Média		Mediana		Coeficiente de Variação: 0,0000%	
R\$ 14,9900		R\$ 14,9900		R\$ 14,9900		Desvio Padrão: 0,0000	
						Maior Preço: R\$ 14,9900	
Método de cálculo adotado: Média							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 545,0000	03/02/2026	Não
2		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	35	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
3		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
4		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	7	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
5		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
6		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	7	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
7		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
8		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	9	UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não
9		INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 14,9900	09/12/2025	Sim
10		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	845	UNIDADE	R\$ 10,0000	13/11/2025	Não
11		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	12000	UNIDADE	R\$ 10,0000	31/10/2025	Não
12		CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 1ª - DF - Compras.gov.br	50	UNIDADE	R\$ 492,007390	05/01/2026	Não

Processo: 2026/2197764

Sequencial: 04

Autenticação: 41630008-d47a-4ef0-a770-f5a492007390



Processo: 2026/2197764 | Sequencial: 04 | Autenticação: a1630008-d47a-4ef0-a770-f5a492007390

Acessado por: ALINE SILVA NEVES (CPF: ***.946.592-**) em 19/05/2026 às 11:48

Página: 20/28

		gov.br					
i13	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	720 UNIDADE	R\$ 35,0000	18/09/2025	Não	
14	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	240 UNIDADE	R\$ 49,0000	31/10/2025	Não	
15	I	ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 60,0000	01/12/2025	Não	
16	I	CAMARA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIANSE - Compras.gov.br	24 UNIDADE	R\$ 100,0000	04/11/2025	Não	
17	I	CONSELHO REG CORRET IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO/SP - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 104,0800	15/12/2025	Não	
18	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 136,8300	28/12/2025	Não	
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 139,0000	19/10/2025	Não	
20	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 210,0000	05/11/2025	Não	
21	I	CAMARA MUNICIPAL DE BARAO DE ANTONINA/SP - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 250,0000	08/01/2026	Não	
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 299,9900	09/12/2025	Não	
23	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 320,6300	22/01/2026	Não	
24	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	360 UNIDADE	R\$ 395,0000	31/10/2025	Não	
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	12 UNIDADE	R\$ 410,1420	11/09/2025	Não	
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 500,0000	02/12/2025	Não	
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	12 UNIDADE	R\$ 581,9000	26/11/2025	Não	
28	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	1778 UNIDADE	R\$ 619,8000	16/01/2026	Não	
29	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	120 UNIDADE	R\$ 750,0000	31/10/2025	Não	
30	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	120 UNIDADE	R\$ 750,0000	31/10/2025	Não	
31	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não	
32	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	19 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não	
33	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	5 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não	
34	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	7 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não	
35	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	6 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não	
36	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 765,0000	28/01/2026	Não	
37	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MT - Compras.gov.br	30 UNIDADE	R\$ 960,0000	06/11/2025	Não	
38	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	12 UNIDADE	R\$ 1.244,9900	20/10/2025	Não	
39	I	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA 3A - SC - Compras. gov.br	12 UNIDADE	R\$ 2.487,5700	12/10/2025	Não	
40	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 2.500,0000	29/12/2025	Não	
41	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.492,1300	18/12/2025	Não	
i42	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 4.340,3000	04/09/2025	Não	
i43	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.184,0000	16/10/2025	Não	
44	I	CONSELHO REGIONAL DE	1 UNIDADE	R\$ 9.632,0000	30/09/2025	Não	

45	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 11.029,0000	23/09/2025	Não
46	I	FUNDACAO FACULDADE FED. CIENCIAS MEDICAS POA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 16.305,6000	15/12/2025	Não
47	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 18.589,9000	29/09/2025	Não
48	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS /PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 34.640,0000	01/09/2025	Não
49	I	FUNDACAO FACULDADE FED. CIENCIAS MEDICAS POA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 119.574,0000	15/12/2025	Não
50	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 268.000,0000	20/01/2026	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item

30177 - Assinatura de serviço de PABX IP

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Quantidade

30

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 45,0000

Média

R\$ 45,0000

Mediana

R\$ 45,0000

Coefficiente de Variação: 0,0000%

Desvio Padrão: 0,0000

Maior Preço: R\$ 45,0000

Método de cálculo adotado: Média



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 45,0000	27/01/2026	Sim
2	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	10000	UNIDADE	R\$ 5,4000	09/02/2026	Não
3	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	240000	UNIDADE	R\$ 12,4100	17/12/2025	Não
4	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1000	UNIDADE	R\$ 47,5000	14/11/2025	Não
 5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 100,0000	25/09/2025	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 120,0000	16/10/2025	Não
7	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	15	UNIDADE	R\$ 120,0000	25/11/2025	Não
8	I	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 130,0400	08/09/2025	Não
 9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 130,7000	25/09/2025	Não
10	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 345,0000	03/02/2026	Não
11	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 360,0000	09/10/2025	Não
12	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-SE - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 399,9900	21/07/2025	Não
 13	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R\$ 435,5000	17/06/2025	Não
 14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 607,5000	26/02/2025	Não

15	I	SOCIAL 7ª - RJ - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 673,7500	18/11/2025	Não
16	I	CAMARA MUNICIPAL DE CONTENDA /PR - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 679,0000	10/03/2025	Não
17	I	CONSELHO REG. CORRETO DE IMOVEIS 4ª REGIAO/MG - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 950,0000	06/01/2026	Não
18	I	PREFEITURA DE FORMOSA DO OESTE - PR - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 959,0000	17/12/2025	Não
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 979,9900	23/07/2025	Não
20	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 1.050,0000	30/06/2025	Não
21	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	181	UNIDADE	R\$ 1.099,8000	22/05/2025	Não
22	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 2.240,0000	03/04/2025	Não
23	I	CONSELHO REGIONAL DE NUTRICAO SEGUNDA REGIAO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.280,0000	11/12/2025	Não
24	I	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 2.740,0000	22/06/2025	Não
25	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 3.384,7000	01/08/2025	Não
26	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 3.800,0000	15/10/2025	Não
27	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 5.100,0000	20/07/2025	Não
28	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 6.888,2000	21/08/2025	Não
29	I	CONSORCIO INTER DE SANEAM DA REGIAO CENTRAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 7.200,0000	15/07/2025	Não
30	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 7.520,0000	03/04/2025	Não
31	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 7ª - RS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 9.066,0000	23/07/2025	Não
32	I	CONSELHO REG.DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CE - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R\$ 9.204,0400	16/07/2025	Não
33	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-AM - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 14.320,0000	29/06/2025	Não
34	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-TO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 16.500,0000	05/06/2025	Não
35	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 21.593,5000	13/11/2025	Não
36	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 22.000,0000	01/08/2025	Não
37	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 24.130,0000	22/12/2025	Não
38	I	CAMARA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIENSE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 35.000,0000	04/05/2025	Não
39	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 36.600,0000	08/05/2025	Não
40	I	CONSELHO REG DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-PB - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 46.000,0000	09/06/2025	Não
41	I	CONSELHO REG.DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 46.566,0000	17/07/2025	Não
42	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 51.711,6000	30/11/2025	Não
43	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - MG - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 69.897,0000	16/04/2025	Não
44	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 77.567,4000	30/11/2025	Não
45	I	SECRETARIA DE ESTADO DE	12	UNIDADE	R\$ 85.792,0000	16/11/2025	Não

46	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 96.959,2000	30/11/2025	Não
47	I	CONSELHO REG.DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 98.400,0000	15/07/2025	Não
48	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 282.625,0000	28/08/2025	Não
49	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 420.156,0000	30/11/2025	Não
50	I	PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 642.180,0000	20/08/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item

30177 - Assinatura de serviço de PABX IP

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Quantidade

10

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 100,0000

Média

R\$ 100,0000

Mediana

R\$ 100,0000

Coefficiente de Variação: 0,0000%

Desvio Padrão: 0,0000

Maior Preço: R\$ 100,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
 1	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 7ª - RS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 9.066,0000	23/07/2025	Não
2	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 345,0000	03/02/2026	Não
 3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 100,0000	25/09/2025	Sim
4	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	240000	UNIDADE	R\$ 12,4100	17/12/2025	Não
5	I	ESP - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 45,0000	27/01/2026	Não
6	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1000	UNIDADE	R\$ 47,5000	14/11/2025	Não
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 120,0000	16/10/2025	Não
8	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	15	UNIDADE	R\$ 120,0000	25/11/2025	Não
 9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 130,7000	25/09/2025	Não
10	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 360,0000	09/10/2025	Não
11	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-SE - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 399,9900	21/07/2025	Não
 12	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R\$ 435,5000	17/06/2025	Não
 13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 607,5000	26/02/2025	Não
14	I	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª - RJ - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 673,7500	18/11/2025	Não
15	I	CAMARA MUNICIPAL DE CONTENDA /PR - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 679,0000	10/03/2025	Não

16	i	CONSELHO REG. CORRETO DE IMOVEIS 4ª REGIAO/MG - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 950,0000	06/01/2026	Não
17	i	PREFEITURA DE FORMOSA DO OESTE - PR - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 959,0000	17/12/2025	Não
18	i	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 979,9900	23/07/2025	Não
19	i	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 1.050,0000	30/06/2025	Não
20	i	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	181	UNIDADE	R\$ 1.099,8000	22/05/2025	Não
21	i	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 2.240,0000	03/04/2025	Não
22	i	CONSELHO REGIONAL DE NUTRICAO SEGUNDA REGIAO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.280,0000	11/12/2025	Não
23	i	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 2.740,0000	22/06/2025	Não
24	i	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 3.384,7000	01/08/2025	Não
25	i	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 3.800,0000	15/10/2025	Não
26	i	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 5.100,0000	20/07/2025	Não
27	i	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 6.888,2000	21/08/2025	Não
28	i	CONSORCIO INTER DE SANEAM DA REGIAO CENTRAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 7.200,0000	15/07/2025	Não
29	i	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 7.520,0000	03/04/2025	Não
30	i	CONSELHO REG.DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CE - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R\$ 9.204,0400	16/07/2025	Não
31	i	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-AM - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 14.320,0000	29/06/2025	Não
32	i	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-TO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 16.500,0000	05/06/2025	Não
33	i	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 21.593,5000	13/11/2025	Não
34	i	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 22.000,0000	01/08/2025	Não
35	i	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 24.130,0000	22/12/2025	Não
36	i	CAMARA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIENSE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 35.000,0000	04/05/2025	Não
37	i	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 36.600,0000	08/05/2025	Não
38	i	CONSELHO REG DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-PB - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 46.000,0000	09/06/2025	Não
39	i	CONSELHO REG.DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 46.566,0000	17/07/2025	Não
40	i	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 51.711,6000	30/11/2025	Não
41	i	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - MG - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 69.897,0000	16/04/2025	Não
42	i	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 77.567,4000	30/11/2025	Não
43	i	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 85.792,0000	16/11/2025	Não
44	i	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 96.959,2000	30/11/2025	Não
45	i	CONSELHO REG.DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 98.400,0000	15/07/2025	Não
46	i	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 128.156,0000	30/11/2025	Não

47	I	PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 642.180,0000	20/08/2025	Não
48	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 130,0400	08/09/2025	Não
49	I	ESTADO DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 282.625,0000	28/08/2025	Não
50	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	10000 UNIDADE	R\$ 5,4000	09/02/2026	Não

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

26093 - Assinatura de DDR

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

● Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 0,0000%

Desvio Padrão: 0,0000

Maior Preço: R\$ 890,0000

R\$ 890,0000

R\$ 890,0000

R\$ 890,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª - RJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 890,0000	23/10/2025	Sim
2	I	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - Compras.gov.br	30 UNIDADE		R\$ 0,0000	22/09/2025	Não
3	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	60 UNIDADE		R\$ 0,0000	27/01/2026	Não
i4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10000 UNIDADE		R\$ 0,7025	07/10/2025	Não
5	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	121200 UNIDADE		R\$ 1,0000	16/01/2026	Não
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	36 UNIDADE		R\$ 2,9900	31/10/2025	Não
7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	36 UNIDADE		R\$ 2,9900	31/10/2025	Não
8	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	36 UNIDADE		R\$ 2,9900	31/10/2025	Não
9	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	168 UNIDADE		R\$ 3,6600	22/01/2026	Não
10	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	9600 UNIDADE		R\$ 6,5000	15/12/2025	Não
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 23,0000	30/11/2025	Não
12	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 45,0000	30/11/2025	Não
13	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS - Compras.gov.br	24 UNIDADE		R\$ 90,0000	06/11/2025	Não
14	I	UNIVERSIDADE FED DA INTEGRAL LATINO-AMERICANA - Compras.gov.br	240 UNIDADE		R\$ 90,0000	11/11/2025	Não
15	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 1.260,0000	19/11/2025	Não
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 1.780,0000	11/11/2025	Não

17	I	JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.800,0000	19/11/2025	Não
18	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.600,0000	22/10/2025	Não
19	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.600,0000	19/11/2025	Não
20	I	MINISTERIO DAS CIDADES - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.160,0000	12/10/2025	Não
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.000,0000	16/10/2025	Não
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.007,6400	28/10/2025	Não
23	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.250,8600	26/09/2025	Não
24	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 8.504,0400	28/11/2025	Não
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 10.800,0000	19/11/2025	Não
26	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 21.600,0000	19/11/2025	Não
27	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 22.000,0000	15/01/2026	Não
28	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-SP - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 26.994,4000	06/11/2025	Não
29	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 36.000,0000	19/11/2025	Não
30	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.234.870,0000	11/11/2025	Não
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 618,0000	29/12/2025	Não
32	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	60 UNIDADE	R\$ 600,0000	09/10/2025	Não
33	I	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO-PR - Compras.gov.br	24 UNIDADE	R\$ 369,9000	05/01/2026	Não
34	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	48 UNIDADE	R\$ 280,0700	30/10/2025	Não
35	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 269,0000	13/11/2025	Não
36	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	108 UNIDADE	R\$ 228,6500	30/10/2025	Não
37	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	30 UNIDADE	R\$ 220,0000	01/12/2025	Não
38	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 200,0000	28/09/2025	Não
39	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 190,0000	02/12/2025	Não
40	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	30 UNIDADE	R\$ 190,0000	01/12/2025	Não
41	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 188,0000	13/11/2025	Não
42	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	36 UNIDADE	R\$ 188,0000	13/11/2025	Não
43	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 152,2000	11/11/2025	Não
44	I	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - AGU - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 160,0000	08/01/2026	Não
45	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 167,9700	30/10/2025	Não
46	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	24 UNIDADE	R\$ 174,0000	09/10/2025	Não
47	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 147,2000	30/10/2025	Não
48	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 176,3000	30/10/2025	Não
49	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE	360 UNIDADE	R\$ 2.9900	31/10/2025	Não

Legenda:

- ▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
- i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 10/02/2026 11:02

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2197764

Anexo/Sequencial: 4

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Maura Cruz Chepuch dos Santos,

CPF: ***.447.572-**

Em: 10/02/2026 11:58:56

Aut. Assinatura: 14d440ba82fa242add8607d0c4467b75d299e0b502e0ab38fb07ea1c1ddf4122

Assinado eletronicamente por: Fernando José Folha do Vale Junior,

CPF: ***.746.032-**

Em: 10/02/2026 12:03:00

Aut. Assinatura: e576d6e0ff1213cf088c3173b6e69e7fc37acce7c39a636e69dfe393e1df9589



Identificador de autenticação: a1630008-d47a-4ef0-a770-f5a492007390

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

ANEXO II

PAE nº 2026/2197764

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL

À SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES/PA

Ref.: Pregão Eletrônico nº nnn/aaaa

SEMU/PA Processo nº aaaa/nnnn

Dia ____ / ____ / ____ às ____ : ____ horas

A (nome completo da empresa), de acordo com as condições estabelecidas no edital do **Pregão Eletrônico nº nnn/aaaa**, vem por meio desta apresentar a proposta para subsidiar o presente objeto desta licitação tem como **(objeto)**, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição	Código	Unidade	Quant.	V. Unitário	V. Total Mensal	V. Total Anual
1	1	LICENÇAS DE RAMAL • PERMITIR USO SIMULTÂNEO DE ATÉ 5 DISPOSITIVOS (TELEFONE IP E/OU SOFTPHONE). • CONFERÊNCIA DE VOZ COM ATÉ 3 PARTICIPANTES INTERNOS E/OU EXTERNOS.	Não identificado	Und/Mês	40			

Secretaria de Estado das Mulheres – SEMU/PA
Av. Gov. José Malcher, 2803 - A - São Brás, Belém - PA, 66090-100
E-mail: clc@semu.pa.gov.br

	<ul style="list-style-type: none"> • SUPORTE A DESVIO DE CHAMADAS (INCONDICIONAL, OCUPADO, NÃO ATENDIDO E INDISPONÍVEL). • CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ATENDIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS. • IDENTIFICAÇÃO DE CHAMADAS (BINA) E BLOQUEIO DE CHAMADAS ESPECÍFICAS. • CADEADO ELETRÔNICO E REDISCA-GEM DE CHAMADAS PERDIDAS. • NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES OU SISTEMAS BASEADOS OU DERIVADOS DA SOLUÇÃO DE CÓDIGO ABERTO, COMO ASTERISK E/OU FREESWITCH. 						
	2 LICENÇAS DE SOFTPHONE • BASEADO EM PROTOCOLO SIP, COMPATÍVEL COM PABX EM NUVEM.	Não identificado	Und/Mês	40			

Secretaria de Estado das Mulheres – SEMU/PA
Av. Gov. José Malcher, 2803 - A - São Brás, Belém - PA, 66090-100
E-mail: clc@semu.pa.gov.br

		<ul style="list-style-type: none"> • ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS. • CONFERÊNCIA DE ÁUDIO E VÍDEO COM ATÉ 100 PARTICIPANTES. • COMPATÍVEL COM WINDOWS 10, IOS 15.5+ E ANDROID 8+. • SUPORTE A CODECS G.711, G.722, G.729, OPUS E H.264. • CRIPTOGRAFIA AES-256, SRTP COM HMACSHA1 E SUPORTE A TLS/SRTP. • PRESENÇA, CHAT, COMPARTILHAMENTO DE TELA, QUADRO BRANCO E FUNDO VIRTUAL. • ACESSO VIA URL E PUBLICAÇÃO EM APP STORE E GOOGLE PLAY. • O SOFTHOME DEVERÁ SER DO MESMO FABRICANTE DO PABX. 					
	3	LICENÇAS DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA)	Não identificado	Und/Mês	1		

Secretaria de Estado das Mulheres – SEMU/PA
Av. Gov. José Malcher, 2803 - A - São Brás, Belém - PA, 66090-100
E-mail: clc@semu.pa.gov.br

	<ul style="list-style-type: none"> • SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO ELETRÔNICO COM MENSAGEM DE BOASVINDAS. • MÍNIMO DE 5 MENUS DE NAVEGAÇÃO E 2 NÍVEIS HIERÁRQUICOS. • CONFIGURAÇÃO VIA PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO. • DIFERENCIAÇÃO DE MENUS POR HORÁRIO COMERCIAL, PÓS-EXPEDIENTE E FERIADOS. • POSSIBILIDADE DE UPLOAD E SUBSTITUIÇÃO DE ÁUDIOS PERSONALIZADOS 						
4	<p>TELEFONE IP BÁSICO EM REGIME DE COMODATO</p> <ul style="list-style-type: none"> • EQUIPAMENTOS NOVOS, HOMOLOGADOS PELA ANATEL. • COMPATÍVEIS COM SISTEMA PABX EM NUVEM. • TELA MÍNIMA DE 192X48 PIXELS 	Não identificado	Und/Mês	30			

Secretaria de Estado das Mulheres – SEMU/PA
Av. Gov. José Malcher, 2803 - A - São Brás, Belém - PA, 66090-100
E-mail: clc@semu.pa.gov.br

		<p>E SUPORTE A FONE DE OUVIDO EHS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10 TECLAS DE FUNÇÃO E 4 PROGRAMÁVEIS. • 2 PORTAS RJ-45 GIGABIT COM SUPORTE POE (IEEE 802.3AF). • SUPORTE A SIP, TLS, SRTP, HTTPS, QOS, VLAN E LLDP-MED. • FONTE AC 100V-240V INCLUSA 					
	5	<p>TELEFONE IP AVANÇADO EM REGIME DE COMO-DATO</p> <ul style="list-style-type: none"> • POSSUIR HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL. • DEVE SER COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE TELEFONIA EM NUVEM. • DEVE PERMITIR ACESSO A TODAS AS FACILIDADES / FUNÇÕES DO PABX EM NUVEM DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. • ÁUDIO HD NO ALTO-FALANTE E NO MICROFONE. 	Não identificado	Und/Mês	10		

Secretaria de Estado das Mulheres – SEMU/PA
Av. Gov. José Malcher, 2803 - A - São Brás, Belém - PA, 66090-100
E-mail: clc@semu.pa.gov.br

	<ul style="list-style-type: none">• TELA COLO- RIDA DE NO MÍNIMO 2,8 POLEGADAS (300 PIXELS DE LARGURA X 220 PIXELS DE ALTURA).• DEVE POS- SUIR NO MÍNIMO 30 TE- CLAS PROGRAMÁ- VEIS (DDS) PAGINÁVEIS COM LED IN- DICADOR NO DISPLAY PRIN- CIPAL OU NO SECUNDÁRIO.• DEVE POS- SUIR NO MÍNIMO 12 LI- NHAS SIP.• CONFERÊN- CIA DE 6 VIAS.• ENTRADA PARA ATÉ 992 CONTATOS EM LISTA TELE- FÔNICA LOCAL.• DEVE POS- SUIR IDENTIFICA- DOR DE CHAMADAS.• SUPORTAR FONE DE OU- VIDO SEM FIO EHS.• SUPORTAR OS CODECS G.711A/U, G.726, G.729A, ILBC, G.722 E OPUS.• DEVE SUPOR- TAR AS					
--	--	--	--	--	--	--

Secretaria de Estado das Mulheres – SEMU/PA
Av. Gov. José Malcher, 2803 - A - São Brás, Belém - PA, 66090-100
E-mail: clc@semu.pa.gov.br

	<p>FUNCAONALIDADES DE AEC, VAD, CNG, BNE, NR, AGC, PLC. • DEVE POSSUIR 6 TECLAS DE FUNCAO (RETER/MWI/ENCAMI-NHAR/CONFERENCA/REDIS-CAGEM/HEADSET).</p> <ul style="list-style-type: none"> • DEVE POSSUIR 3 TECLAS DE LINHAS COM LED. • DEVE POSSUIR PORTA USB 2.0. • SUPORTAR DOIS ANGU-LOS AJUSTAVEIS E INSTALACAO EM PAREDE. • DEVE POSSUIR 02 INTERFACES DE REDE RJ-45 10/100/1000 PARA CONE-XAO DE DESKTOP E CONECTIVI-DADE COM A REDE LAN. • FUNCAO POE (IEEE 802.3 AF). • SUPORTE AOS PROTO-COLOS SIP2.0 OVER UDP, RTP, STUN, TLS, IPV6, LLDP, PPPOE, QOS, 802.1X, 					
--	---	--	--	--	--	--

Secretaria de Estado das Mulheres – SEMU/PA
Av. Gov. José Malcher, 2803 - A - São Brás, Belém - PA, 66090-100
E-mail: clc@semu.pa.gov.br

		L2TP, OPEN-VPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS, TCP, RTCP, SRTP, DHCP. • DEVEM SER FORNECIDOS COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC 100V-240V.					
6		SERVIÇO DE ASSINATURA STFC • LICENÇA VÁLIDA DA ANATEL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. • LIGAÇÕES ENTRE RAMAIS SEM LIMITE SIMULTÂNEO. • DISPONIBILIZAÇÃO DE 90 CANAIS PARA LIGAÇÕES EXTERNAS SIMULTÂNEAS. • FORNECIMENTO DE NÚMEROS DDR PARA TODOS OS RAMAIS. • POSSIBILIDADE DE PORTABILIDADE DOS NÚMEROS ATUAIS SEM CUSTO ADICIONAL. • CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA (FIXO-	Não identificado	Und/Mês	1		

Secretaria de Estado das Mulheres – SEMU/PA
Av. Gov. José Malcher, 2803 - A - São Brás, Belém - PA, 66090-100
E-mail: clc@semu.pa.gov.br

	FIXO E FIXO-MÓVEL).						
Valor Global						R\$	R\$

VALOR GLOBAL PARA O LOTE _____

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias.

Prazo de execução: conforme edital.

Declaramos que nos preços consignados na planilha de formação de preços estão incluídos todos os fatores que possam influenciar em sua composição, tais como, impostos, fretes, taxas, despesas fiscais e financeiras bem como despesas extras necessárias à execução do objeto. Os preços propostos são fixos e irredutíveis conforme previsto no edital.

DADOS DA LICITANTE

Informamos, abaixo, nossos dados para futuros compromissos, caso nossa empresa seja a vencedora deste certame licitatório.

Razão Social:; CNPJ faturamento nº

Endereço:

Telefone/Fax:, E-mail:

Código/ Banco:; Agência:; e Conta Corrente:

Dados da pessoa para Assinatura do Contrato:

Nome completo, RG e CPF do titular/representante
Nome completo, RG e CPF de uma testemunha.

OBS.: A licitante, além das informações acima, poderá acrescentar outras que julgar necessárias para melhor definir sua proposta, bem como deverá datar e assinar a sua proposta e anexos, caso existam.

Cidade - UF, de de 20....

(nome e número da identidade do declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2197764

Anexo/Sequencial: 17

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Lillian Witte de Oliveira,

CPF: ***.382.862-**

Em: 13/04/2026 14:54:25

Aut. Assinatura: be6b3347b16b95df6bec92a95925020282c0b85cc415e355c7cec45364c82ac8



Identificador de autenticação: 569481e7-2875-40f2-b333-df3e4868b805

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

PAE nº 2026/2197764

MINUTA CONTRATO XX/2026

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES
CNPJ nº 50.008.131/0001-93.

CONTRATADO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX



OBJETO

“Contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de serviços de telefonia fixa em regime de comodato visando atender as atividades administrativas no prédio da secretaria de estado das mulheres/PA”.



ENTREGA

Local O serviço deve ser prestado no endereço da contratante, Av. Governador José Malcher, 2803 – A, São Braz, Belém-PA, das 8:00h às 17:00h.



VALOR TOTAL

R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

REAJUSTE

Índice (X)IPCA INPC INCC IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de 06/04/2026. Tendo como base para o reajuste o orçamento estimado.

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7ª da Lei 14.133/21, ou pelos respectivos substitutos.



VIGÊNCIA

Prazo **12 meses.**

Início **xx/xx/2026**

Fim **xx/xx/2027**

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE	ESTADO DO PARÁ , por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES - SEMU , com sede em Belém-Pará, na Av. Governador José Malcher, 2803-A, Bairro Nazaré CEP: 66.090-100, Belém/PA, inscrita no CNPJ nº 50.008.131/0001-93, doravante denominada CONTRATANTE , devidamente representada por sua Secretária, CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA MARTINS , brasileira, CPF nº 104.295.492-53, residente e domiciliada nesta cidade.
--------------------	---

CONTRATADO

XX
XX
XX
XX

Cláusula 2

Fundamento legal

2.1 O presente contrato é oriundo de Dispensa de licitação em razão do valor, constante no PAE nº 2026/2197764 regido pela Lei Federal nº 14.133/21, com fundamento no art. 75, II e Decreto Estadual nº 2.787/22.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de serviços de telefonia fixa em regime de comodato visando atender as atividades administrativas no prédio da secretaria de estado das mulheres/PA.

3.2 Em relação à natureza, trata-se de serviço comum de natureza continuada sem monopólio.

3.3 Este instrumento se vincula originária do Dispensa Eletrônica nº XX/20XX.

3.4 De acordo com o ETP Nº 04/2026, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, 12 meses, até a sua conclusão.

3.5 Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO SIMAS (SERVIÇO)	UND	QTD	VALOR UNIT ES-TIMADO	TOTAL
1	1	LICENÇAS DE RAMAL <ul style="list-style-type: none"> • PERMITIR USO SIMULTÂNEO DE ATÉ 5 DISPOSITIVOS (TELEFONE IP E/OU SOFTPHONE). • CONFERÊNCIA DE VOZ COM ATÉ 3 PARTICIPANTES INTERNOS E/OU EXTERNOS. • SUPORTE A DESVIO DE CHAMADAS (INCONDICIONAL, OCUPADO, NÃO ATENDIDO E INDISPONÍVEL). • CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ATENDIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS. • IDENTIFICAÇÃO DE CHAMADAS (BINA) E BLOQUEIO DE CHAMADAS ESPECÍFICAS. • CADEADO ELETRÔNICO E REDISCAGEM DE CHAMADAS PERDIDAS. • NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES OU SISTEMAS BASEADOS OU DERIVADOS DA SOLUÇÃO DE CÓDIGO ABERTO, COMO ASTERISK E/OU FREESWITCH. 	CÓDIGO NÃO CADASTRADO	UND	40	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
	2	LICENÇAS DE SOFTPHONE <ul style="list-style-type: none"> • BASEADO EM PROTOCOLO SIP, COMPATÍVEL COM PABX EM NUVEM. • ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS. • CONFERÊNCIA DE ÁUDIO E VÍDEO COM ATÉ 100 PARTICIPANTES. • COMPATÍVEL COM WINDOWS 10, IOS 15.5+ E ANDROID 8+. • SUPORTE A CODECS G.711, G.722, G.729, OPUS E H.264. • CRIPTOGRAFIA AES-256, SRTP COM HMAC SHA1 E SUPORTE A TLS/SRTP. • PRESENÇA, CHAT, COMPARTILHAMENTO DE TELA, QUADRO BRANCO E FUNDO VIRTUAL. • ACESSO VIA URL E PUBLICAÇÃO EM APP STORE E GOOGLE PLAY. • O SOFTPHONE DEVERÁ SER DO MESMO FABRICANTE DO PABX. 	CÓDIGO NÃO CADASTRADO	UND	40	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
	3	LICENÇAS DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA) <ul style="list-style-type: none"> • SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO ELETRÔNICO COM MENSAGEM DE BOAS VINDAS. • MÍNIMO DE 5 MENUS DE NAVEGAÇÃO E 2 NÍVEIS HIERÁRQUICOS. • CONFIGURAÇÃO VIA PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO. • DIFERENCIAÇÃO DE MENUS POR HORÁRIO COMERCIAL, PÓS-EXPEDIENTE E FERIADOS. • POSSIBILIDADE DE UPLOAD E SUBSTITUIÇÃO DE ÁUDIOS PERSONALIZADOS. 	CÓDIGO NÃO CADASTRADO	UND	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
	4	TELEFONE IP BÁSICO EM REGIME DE COMODATO <ul style="list-style-type: none"> • EQUIPAMENTOS NOVOS, HOMOLOGADOS PELA ANATEL. • COMPATÍVEIS COM SISTEMA PABX EM NUVEM. • ÁUDIO HD COM REDUÇÃO DE RUÍDO E CANCELAMENTO DE ECO. • TELA MÍNIMA DE 192X48 PIXELS E SUPORTE A FONE DE OUVIDO EHS. • 10 TECLAS DE FUNÇÃO E 4 PROGRAMÁVEIS. • 2 PORTAS RJ-45 GIGABIT COM SUPORTE POE (IEEE 802.3AF). • SUPORTE A SIP, TLS, SRTP, HTTPS, QOS, VLAN E LLDP-MED. • FONTE AC 100V-240V INCLUSA 	CÓDIGO NÃO CADASTRADO	UND	30	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

5	<p>TELEFONE IP AVANÇADO EM REGIME DE COMODATO</p> <ul style="list-style-type: none"> • POSSUIR HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL. • DEVE SER COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE TELEFONIA EM NUVEM. • DEVE PERMITIR ACESSO A TODAS AS FACILIDADES / FUNÇÕES DO PABX EM NUVEM DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. • ÁUDIO HD NO ALTO-FALANTE E NO MICROFONE. • TELA COLORIDA DE NO MÍNIMO 2,8 POLEGADAS (300 PIXELS DE LARGURA X 220 PIXELS DE ALTURA). • DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 30 TECLAS PROGRAMÁVEIS (DDS) PAGINÁVEIS COM LED INDICADOR NO DISPLAY PRINCIPAL OU NO SECUNDÁRIO. • DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 12 LINHAS SIP. • CONFERÊNCIA DE 6 VIAS. • ENTRADA PARA ATÉ 992 CONTATOS EM LISTA TELEFÔNICA LOCAL. • DEVE POSSUIR IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. • SUPORTAR FONE DE OUVIDO SEM FIO EHS. • SUPORTAR OS CODECS G.711A/U, G.726, G.729A, ILBC, G.722 E OPUS. • DEVE SUPORTAR AS FUNCIONALIDADES DE AEC, VAD, CNG, BNE, NR, AGC, PLC. • DEVE POSSUIR 6 TECLAS DE FUNÇÃO (RETER/ MWI/ ENCAMINHAR/ CONFERÊNCIA/ REDISCAGEM/ HEADSET). • DEVE POSSUIR 3 TECLAS DE LINHAS COM LED. • DEVE POSSUIR PORTA USB 2.0. • SUPORTAR DOIS ÂNGULOS AJUSTÁVEIS E INSTALAÇÃO EM PAREDE. • DEVE POSSUIR 02 INTERFACES DE REDE RJ-45 10/100/1000 PARA CONEXÃO DE DESKTOP E CONECTIVIDADE COM A REDE LAN. • FUNÇÃO POE (IEEE 802.3 AF). • SUPORTE AOS PROTOCOLOS SIP2.0 OVER UDP, RTP, STUN, TLS, IPV6, LLDP, PPPOE, QOS, 802.1X, L2TP, OPENVPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS, TCP, RTCP, SRTP, DHCP. • DEVEM SER FORNECIDOS COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC 100V-240V. 	CÓDIGO NÃO CADASTRADO	UND	10	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
6	<p>SERVIÇO DE ASSINATURA STFC</p> <ul style="list-style-type: none"> • LICENÇA VÁLIDA DA ANATEL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. • LIGAÇÕES ENTRE RAMAIS SEM LIMITE SIMULTÂNEO. • DISPONIBILIZAÇÃO DE 90 CANAIS PARA LIGAÇÕES EXTERNAS SIMULTÂNEAS. • FORNECIMENTO DE NÚMEROS DDR PARA TODOS OS RAMAIS. • POSSIBILIDADE DE PORTABILIDADE DOS NÚMEROS ATUAIS SEM CUSTO ADICIONAL. • CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL). 	CÓDIGO NÃO CADASTRADO	UND	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
VALOR MENSAL ESTIMADO						R\$ XXXXX
VALOR ANUAL ESTIMADO **						R\$ XXXXX

CLÁUSULA 4

Entrega do serviço

As condições de entrega e recebimento dos serviços deverão ser prestadas nas dependências do SEMU (Secretaria de Estado de Mulheres), localizado na Avenida Governador José Malcher, nº 2803, 2º andar, bairro São Brás, cep 66.090-100, Belém/PA, nos horários estabelecidos nas respectivas ordens de serviço.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é de **R\$ XX.XXX,XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará.

Gestão/Unidade	33101.
	01500000001
	01500000055
Fonte	02500000001
	02500000055
	01501000001
Programa de Trabalho	14.122.1297.8338
Elemento de Despesa	33.90.40.00

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo IPCA.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **06/04/2026**.

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em 30 dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco XXXXXXXX.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.5 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.6 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.7 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.8 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.9 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.10 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos serviços que já foram entregues.

8.11 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os serviços já entregues.

8.12 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.13 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.14 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.15 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1 Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA 10

Obrigação das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c.** Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a.** Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b.** Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.

- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,

caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.

- o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”.
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	

- e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

12.2 O atraso superior a 10 **dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
<i>Moratória</i>	<i>Compensatória</i>
a. 2% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 10 dias corridos.	2% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor FERNANDO JOSÉ FOLHA DO VALE JÚNIOR CPF nº 634.746.032-72, matrícula nº 8084710/2, lotado no Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI e como suplente o JOÃO PEDRO DOS SANTOS CORDEIRO CPF 061.437.122-80, matrícula 5983020/2, lotado no Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para

dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, com início em **xx/xx/2026** e término em **xx/xx/2027**.

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém (PA), 16 de abril de 2026.

**CLEIDE MARIA AMORIM DE
OLIVEIRA**

Secretária Adjunta de Estado das Mulheres
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratado



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2197764

Anexo/Sequencial: 20

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: SIMAO TOMAZ JATENE SOUSA FILHO,

CPF: ***.463.322-**

Em: 16/04/2026 14:08:06

Aut. Assinatura: 04e8216c5bfb5b1dcb2e0325bc31e19d960e872a94af7dcc8624ed7b8c410d0



Identificador de autenticação: 7e39a60e-0912-4e16-af55-a3287e86b3dd

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>